

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2015

Investimentos em Geração
No segmento de Geração, o investimento realizado alcançou R\$ 797,6 milhões em 2015, 29,6% superior à 2014 (RS 615,4 milhões), principalmente, em função da construção da UHE São Manoel (RS 349,1 milhões).

Table with columns: Investimentos (R\$mil), 2015, 2014, Δ, %

Considera 50% de janeiro a maio, e 100% de maio de maio à dezembro.
Participação da EDP Energias do Brasil
Considera 100% da UTE Pecém I em 2015 e 50% em 2014.

DISTRIBUIÇÃO

As atividades de Distribuição são desenvolvidas por duas concessionárias que atendem cerca de 3,3 milhões de clientes em regiões que abrigam uma população total de aproximadamente 7,8 milhões de pessoas.

Table with columns: Perfil das concessões, EDP Bandeirante, EDP Escelsa

Investimentos em distribuição
Os investimentos realizados em 2015 pela EDP Energias do Brasil em Distribuição totalizaram R\$ 319,2 milhões, aumento de 4,7% em relação a 2014. Este aumento é reflexo do incremento do investimento em perdas, da renovação da frota e da adequação que foi efetuada para reclassificação do saldo de ultrapassagem, na EDP Bandeirante. O valor referente à linha de "ultrapassagem de demand" foi reclassificado como passivos financeiros setoriais no mês de dezembro de 2015, para atender à Resolução Normativa nº 660.

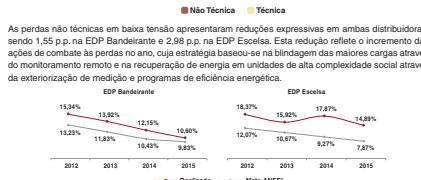
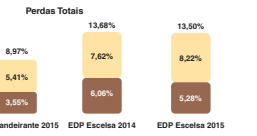
Table with columns: Investimento (R\$mil), EDP Bandeirante, EDP Escelsa, Total

Novas regras instituídas com os procedimentos para revisão tarifária relativos à redução de receitas por Ultrapassagem de Demanda e consumo de Energia Reativa Excetada (PRORET 2.7) que reduz a Receita Operacional e quando do início do 4º Ciclo de Tarifas Excepcionais, o valor acumulado nessa subconta recebeu o tratamento usual de depreciação dos ativos alocados como investimentos originários dessas Obrigações Especiais.

Indicadores de performance
Os indicadores de qualidade de prestação de serviços mantiveram-se dentro dos padrões estabelecidos pelo órgão regulador. Na EDP Bandeirante, o DEC apresentou ligeira melhoria de 0,81 ponto percentual devido à tempestades e ventos fortes registrados ao longo do último trimestre do ano, em toda a área de concessão. Na EDP Escelsa, o DEC evoluiu positivamente, mantendo-se abaixo da meta. O FEC das distribuições evoluiu positivamente, em linha com os níveis de excelência nacionais, refletindo os investimentos realizados para ações de manutenção preventiva, obras de melhoria, inovações no modelo do sistema elétrico de distribuição e melhoria constante no processo adotados por todas as áreas envolvidas com a operação do sistema.

Table with columns: Distribuidora, DEC (Razão), Meta (FEC), 2015, 2014, Meta (FEC)

Perdas
Na EDP Bandeirante, as perdas totais apresentaram redução de 0,51 p.p. em relação ao ano anterior em função dos investimentos realizados na rede. Na EDP Escelsa, as perdas totais apresentaram redução de 0,19 p.p. em relação ao ano anterior, resultado que representa o efeito positivo do incremento das ações de combate às perdas não técnicas, principalmente em relação ao mercado de baixa tensão. Em relação às perdas técnicas, a EDP Bandeirante apresentou redução de 0,13 p.p. enquanto a EDP Escelsa apresentou aumento de 0,80 p.p. impactada pela (i) redução de geração de energia no estado do Espírito Santo (ii) aumento de carga do mercado cativo (Baixa Tensão e Média Tensão), cuja rede apresenta mais perdas; e (iii) pela queda da carga de um grande cliente de alta tensão (-175 GWh no sistema).



Programa de Combate às Perdas (R\$ MM)
Investimentos Operacionais: 37,9
Despesas Gerenciais: 29,2
Total: 67,1

COMERCIALIZAÇÃO
A EDP Comercialização e Serviços de Energia S.A. é responsável pelas atividades de comercialização de energia e prestação de serviços para os clientes finais. A empresa encerrou 2015 com 197 clientes, aumento de 32,2% em comparação com o ano anterior.

EVOLUÇÃO DOS VOLUMES DE ENERGIA
DISTRIBUIÇÃO
Residencial: 5.809.917
Industrial: 1.702.167
Comercial: 3.771.473

INVESTIMENTOS
Os investimentos da Companhia totalizaram R\$ 420,4 milhões em 2015, aumento de 44,7%, considerando os investimentos na UTE Pecém I e desconsiderando os investimentos nas UHEs São Antônio do Jarú, Cachoeira Caldeirão e São Manoel.

MERCADO DE CAPITAIS
Em 31 de dezembro de 2015, as ações da EDP Energias do Brasil estavam cotadas em R\$ 12,04 encerrando o ano em valorização de 36,2%, desempenho superior ao Ibovespa (-13,3%) e ao IEE (-8,7%). O valor de mercado da Companhia em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 5,7 bilhões.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA
Em 31 de dezembro de 2015, o capital social da Companhia era representado na sua totalidade por 176.115.612 ações ordinárias emitidas. Do total das ações, estavam em circulação 222.820 ações em nome de investidores, em conformidade com o Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

GOVERNANÇA CORPORATIVA
O Conselho de Administração, em 31 de dezembro de 2015, era composto por oito membros, incluindo um diretor executivo e quatro conselheiros independentes. Os conselheiros são eleitos na AGO para

ANÁLISE DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

CONSOLIDADO

Main financial statement table with columns: Demonstrativo de Resultados (R\$mil), 2015, 2014, %

Receita Operacional Líquida
Receita com construção da infraestrutura
Gastos não gerenciais
Geração comprada para revenda
Margem Bruta
Margem Operacional Líquida
Resultado financeiro líquido
LAIR

Resultado financeiro líquido
LAIR
Resultado financeiro líquido
LAIR

Resultado financeiro líquido
LAIR
Resultado financeiro líquido
LAIR

Resultado financeiro líquido
LAIR
Resultado financeiro líquido
LAIR

Resultado financeiro líquido
LAIR
Resultado financeiro líquido
LAIR

Resultado financeiro líquido
LAIR
Resultado financeiro líquido
LAIR

Resultado financeiro líquido
LAIR
Resultado financeiro líquido
LAIR

Resultado financeiro líquido
LAIR
Resultado financeiro líquido
LAIR

Resultado financeiro líquido
LAIR
Resultado financeiro líquido
LAIR

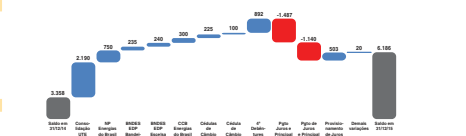
Resultado financeiro líquido
LAIR
Resultado financeiro líquido
LAIR

Resultado financeiro líquido
LAIR
Resultado financeiro líquido
LAIR

Resultado financeiro líquido
LAIR
Resultado financeiro líquido
LAIR

Resultado financeiro líquido
LAIR
Resultado financeiro líquido
LAIR

As variações do endividamento bruto e o prazo médio em 2015 ocorreram, principalmente, por: (i) consolidação da dívida da UTE Pecém I no montante de R\$ 2.190,5 milhões; (ii) captação de CCB na Holding no valor de R\$ 300,0 milhões; (iii) captações de cedulas de câmbio (Lei nº 4.131 do Banco Central do Brasil) nas distribuidoras no valor total de R\$ 325,0 milhões; (iv) desdobramentos do BNDES para as distribuidoras no valor total de R\$ 474,6 milhões; (v) desdobramento da 4ª emissão de Debêntures da Holding no montante de R\$ 892,2 milhões; e (vi) amortizações de dívidas na Holding e nas empresas de geração e distribuição.



O custo médio da dívida do Grupo, em 31 de dezembro de 2015, era de 12,85% a.a., em comparação a 11,37% a.a. no final de 2014, levando-se em consideração os juros capitalizados das dívidas e encargos ocorridos nos últimos 12 meses. A elevação do custo médio deve-se ao aumento da Saic Média e da TULP Média em relação a 2014, além da contratação de novas dívidas indexadas ao CDI.

Detalhamento dos financiamentos desdobrados durante 2015
Holding
Em 30 de março, a Companhia realizou sua primeira emissão de Notas Promissórias no valor de R\$ 750,0 milhões, pelo prazo de 12 meses, ao custo de CDI + 1,60% a.a. O pagamento de juros e principal estava previsto para 24 de março de 2016. Entretanto, em decorrência da 4ª Emissão de Debêntures, a Companhia realizou o pagamento antecipado das notas promissórias em 15 de outubro.

Holding
Em 21 de maio, a Companhia realizou captação de R\$ 300,0 milhões para emissão de uma Cédula de Debêntures ("CDB") junto ao Banco do Brasil, ao câmbio de 118,70% do CDI a.a. O pagamento de juros será semestral e a amortização será em duas parcelas iguais anuais, sendo uma em maio de 2017 e a outra em maio de 2018. Os recursos foram destinados para o pagamento da aquisição da UTE Pecém I.

Table with columns: Empresa, Contratação, Subcrédito, Empresa, Valor (R\$ milhões)

Em 29 de maio, a EDP Bandeirante e a EDP Escelsa captaram R\$ 150,0 milhões e R\$ 100,0 milhões, respectivamente, por meio de emissões de Cédulas de Câmbio junto ao Citibank, ao custo de 85% do CDI + 1,19% a.a. O pagamento de juros será trimestral e a amortização será em duas parcelas iguais anuais, sendo a primeira em maio de 2018 e a última em maio de 2019. Os recursos são destinados para o pagamento da dívida de financiamento da capital de giro.

Em 04 de setembro, a EDP Bandeirante capta US\$ 20,3 milhões (RS 75,0 milhões) por meio da emissão de Cédula de Câmbio junto ao Citibank. Para essa operação, foi realizada operação de hedge para mitigar o risco cambial e de taxa de juros. O custo de financiamento é de CDI + 1,20% a.a. O pagamento de juros será trimestral e a amortização será em duas parcelas iguais anuais, sendo a primeira em setembro de 2019 e a última em setembro de 2019. Os recursos são destinados ao alongamento da dívida e financiamento de capital de giro.

Em 02 de fevereiro, a UHE Cachoeira Caldeirão realizou a emissão de Debêntures de Infraestrutura através da 9ª emissão de Dígitas Simples, no valor de R\$ 150,0 milhões. Os recursos do BNDES para as distribuidoras foram utilizados para o pagamento de juros e principal de operações de capital de giro e financiamento da construção do empreendimento.

Em 15 e 16 de junho, o BNDES desdobrou o total de R\$ 265,0 milhões para a construção da UHE São Manoel, referente ao contrato de financiamento firmado em 15 de maio de 2015. Em 14 de outubro de 2015, desdobrou os R\$ 185,0 milhões remanescentes. Os recursos serão utilizados para a construção da UHE São Manoel e terão incidência de juros que variam entre TULP + 2,4% a.a. e SELIC + 1,19% a.a., conforme o subcrédito. O principal e os encargos de financiamento serão exigidos integralmente no vencimento em 15 de junho de 2016.

Devido ao contexto setorial desafiador do começo de 2015 e a piora da situação macroeconômica brasileira, a EDP Energias do Brasil teve uma queda no resultado operacional em 2015, com exceção da Lajeado Energia, a EDP Escelsa e suas subsidiárias tiveram seus ratings alvo perspectivas rebaixadas.

Table with columns: Moody's Global 2015, Nacional 2015, S&P 2015

Moody's Global 2015
Nacional 2015
S&P 2015

Escala de Rating Moody's
Aaa, Aa1, Aa2, Aa3, A1, A2, A3, Baa1, Baa2, Baa3, Ba1, Ba2, Ba3, B1, B2, B3, Caa1, Caa2, Caa3, Ca, C, WR

Escala de Rating S&P
AAA, AA+, AA, AA-, A+, A, A-, BBB+, BBB-, BB+, BB, B+, B, B-, CCC+, CCC-, CCC-, CC, C, D, NR

mandato de um ano, com possibilidade de reeleição. Em AGO, realizada no dia 10 de abril de 2015, foi aprovado para ocupar o cargo de Presidente do Conselho o Sr. Antônio Luis Guerra Nunes Mexia, e para o cargo de Vice-Presidente do Conselho o Sr. Miguel Nunes Simões Nunes Ferreira Seta. A Companhia está submetida à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

Pelo 1º ano consecutivo, a EDP Energias do Brasil permaneceu no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBOVESPA. Garantindo a melhoria contínua no desempenho Socioambiental no Brasil e em suas subsidiárias, a EDP Energias do Brasil atua em diferentes áreas de gestão, cuja implementação ocorreu ao longo de 2015. As iniciativas envolvem temas como meio ambiente, biodiversidade, sustentabilidade, gestão de fornecedores e relacionamento com a comunidade.

Em 13 de abril de 2016, o Conselho de Administração da Companhia levantará para aprovação em Assembleia Geral Ordinária (AGO) o pagamento de proventos de R\$ 302,6 milhões, correspondente a R\$ 4,00 por ação.

O Conselho de Administração, em 31 de dezembro de 2015, era composto por oito membros, incluindo um diretor executivo e quatro conselheiros independentes. Os conselheiros são eleitos na AGO para

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

11 Tributos diferidos

Table showing tax deferred items with columns for Passivo Não Circulante, Ativo Circulante, and Consolidado. Rows include PIS e COFINS, Imposto de renda e contribuição social, and Diferenças Temporárias.

12 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar e a receber apresentados na nota 31, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladas e controladoras, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

Main table detailing related party transactions. Columns include Relacionamento, Preço praticado, and Duración. Rows list various entities like EDP Bandeirante, Energest, EDP Comercializadora, and others, with financial data for 2015 and 2014.

A variação no imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos Consolidado no montante de R\$138.086, foi registrada em contrapartida a débito no resultado no exercício em R\$229.040 e a crédito do passivo no valor de R\$327.126, dos quais R\$327.141 decorreu da aquisição de controle da adquirida Porto do Pecém (Nota 18.1).

11.2.1.1 Prejuízos fiscais e Base negativa da contribuição social

Conforme legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, até o limite de 30% do lucro tributável, não estando sujeitos a prazo prescricional.

11.2.1.2 Provisão para Déficit Previdenciário - PSAP

O crédito fiscal advindo da Provisão para Déficit Previdenciário - PSAP da EDP Bandeirante, refere-se à parcela de benefícios excedente aos ativos relativos aos planos previdenciários do tipo Benefício Definido, cuja provisão, em 31 de dezembro de 2001, foi efetuada em contrapartida ao Patrimônio líquido, devido por ocasião dos pagamentos mensais, com expectativa de finalização no exercício de 2017.

11.2.1.3 Crédito fiscal do áglo incorporado

O crédito fiscal do áglo é proveniente: (i) na controlada EDP Bandeirante; da incorporação, ocorrida no exercício de 2002, da parcela cindida da anterior controladora Enerpaulo - Energia Paulista Ltda., representada pelo áglo pago pela Enerpaulo quando da aquisição de ações de emissão da EDP Bandeirante;

(ii) na controlada EDP Escelisa; da incorporação, ocorrida em abril de 2005, da parcela cindida da controladora, representada pelo áglo pago pelas incorporadas EDP 2000 Participações Ltda. e EDP Investimentos Ltda. quando da aquisição de ações de emissão da IVEN, na época controladora da EDP Escelisa; e

(iii) na controlada Lajeado; da incorporação das controladas EDP Lajeado e Tocantins, ocorrida em novembro de 2009, representada pelo áglo pago pela Lajeado.

Os valores foram contabilizados de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e 349/99 e, conforme determinação da ANEEL, são amortizados pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão das controladas, o que resulta em realização anual média futura do crédito fiscal de R\$5.965 para a controlada EDP Bandeirante até o ano de 2027, de R\$1.823 para a controlada EDP Escelisa até o ano de 2025 e de R\$4.609 para a controlada Lajeado até o ano de 2032.

11.2.1.4 Diferenças Temporárias - RTT

Com o advento da Lei nº 12.733 de 13 de maio de 2014, foi extinto os eventos decorrentes da Lei nº 11.638/07 - RTT, os quais passaram a incorporar, a partir de 1º de janeiro de 2015, o mesmo tratamento fiscal nas adições e exclusões temporárias quanto a sua ductibilidade ou não.

11.2.2 Resultados tributáveis futuros

A Administração das controladas EDP Bandeirante, EDP Escelisa, Lajeado, Investo, Energest, EDP Comercializadora, Enerpeipe e Porto do Pecém elaboraram, em 31 de dezembro de 2015, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização dos créditos fiscais nos exercícios indicados. Para as controladas, os referidos estudos foram aprovados pelos respectivos Conselhos de Administração. Com base no estudo, as controladas estimam recuperar os créditos fiscais diferidos ativos nos seguintes exercícios:

Table with 9 columns: Exercício, Ativo, Passivo, Operacionais, Financeiras, Exercícios findos em 31 de dezembro. Rows show data for 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 a 2023, 2024 a 2025, and Total.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição, em 15 de maio de 2015, é apresentado a seguir:

	Valor contábil	Valor justo	Valor justo reconhecido na aquisição
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	6.274	-	6.274
Concessionárias	194.975	-	194.975
Estoques	111.041	(44.192)	66.849
Títulos de renda fixa	550.953	(223.812)	327.141
Outros créditos	209.461	56.000	265.461
Imobilizado	3.358.535	560.275	3.918.810
Intangível	2.652	-	110.585
	4.433.871	456.204	4.890.075
Passivos			
Fornecedores	253.227	-	253.227
Ressarcimento por indisponibilidade	378.048	-	378.048
Emprestimos e financiamentos	2.352.742	-	2.352.742
Provisões	5.107	21.745	26.852
Outras obrigações	268.957	-	268.957
	3.258.081	21.745	3.279.826
Total do acervo líquido	1.175.790	434.459	1.610.249
Participação societária detida antes da aquisição	(a)	485.249	179.302
Aquisição da participação remanescente	(b)	690.541	255.157
Composição do acervo líquido adquirido		1.175.790	434.459
GANHO NA COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS (COMPRAS VANTAJOSAS)			
GANHO NA DILUIÇÃO DA PARTICIPAÇÃO	(a)	97.014	97.014
GANHO NA COMPROVAÇÃO DE SERVIÇOS	(b)	945.698	945.698
Caixa pago na aquisição de participação remanescente	(c)	300.000	-
GANHO DO VALOR JUSTO NA PARTICIPAÇÃO ANTERIORMENTE DETIDA	(d)	179.302	179.302
Ajustes decorrentes antes da aquisição do controle	(e)	(927.814)	(927.814)
Total, antes dos efeitos fiscais		884.697	884.697
Fluxo de caixa da aquisição			
Caixa líquido adquirido com a controlada		6.274	6.274
Caixa pago		(300.000)	(300.000)
Fluxo de saída de caixa líquido		(293.726)	(293.726)

18.2 Movimentação dos investimentos no exercício

	Controladora						% Participação direta
	Saldo em 31/12/2014	Aumentos (Reduções)	Equivalência patrimonial	Dividendos/ JSCP	Outros resultados abrangentes	Provisão para perdas	
Investimentos	1.068.756		251.966	(186.253)	(10.974)		
EDP Bandeirante	907.006	42.053	206.788	(44.643)	(65.019)	-	100,00
EDP Escocela	340.246	-	49.811	(33.104)	55	-	100,00
Lajeado	121.798	-	(2.699)	(9.028)	(1.609)	-	55,86
Enepepe	853.789	-	102.191	(4.028)	-	-	60,00
Energy	584.670	(200.177)	81.797	(77.364)	(1.763)	-	100,00
EDP Comercializadora	88.900	-	20.192	(5.547)	-	-	100,00
CEJA (Nota 19.1)	259.654	-	(16.443)	-	-	-	100,00
Caçoero Caltelheiro (Mais valia)	201.682	-	(6.723)	-	-	-	100,00
Porto do Pecém	177.574	133.500	(5.944)	-	-	-	50,00
Porto do Pecém (Mais valia)	469.300	-	89.379	-	2.844	787.555	100,00
Costa Rica	-	434.459	(12.621)	-	-	-	100,00
Santa Fé	-	-	3.043	(2.173)	-	-	100,00
Pantanal	-	22.000	12.706	-	-	-	100,00
P. Pecém Transp. Minérios	1.288	-	1.044	(419)	-	-	50,00
Pecém Operações e Manutenção	175	-	(128)	-	-	-	50,00
Resende	17.797	3.428	110	-	-	-	100,00
EDP GRID	8.259	-	10.389	(2.447)	-	-	100,00
Mabe	-	-	(19)	-	-	19	50,00
São Manoel	907.006	-	105.668	(1.172)	-	-	103,06
	5.083.495	540.931	715.235	(445.988)	(76.463)	19	6.698.888
Saldo em 31/12/2015	5.083.495	540.931	715.235	(445.988)	(76.463)	19	6.698.888
Saldo em 31/12/2014	5.083.495	540.931	715.235	(445.988)	(76.463)	19	6.698.888
Direito de Concessão	20.044		(1.459)				
EDP Bandeirante	20.044	-	(1.459)	-	-	-	18,85
Enepepe	13.932	-	1.116	-	-	-	2,418
Lajeado	3.346	-	(632)	-	-	-	65,4
Porto do Pecém	3.346	-	(44)	-	-	-	(3,302)
Pantanal	6.716	-	(263)	-	-	-	(6,453)
	66.332		(6.400)				(9,765)
Goodwill	42.293		42.293				
Lajeado e Investo	42.293	-	-	-	-	-	42,293
	42.293		42.293				42,293
Total	5.222.120	540.931	709.815	(445.988)	(76.463)	19	6.822.338

(*) O montante de Transferências de RS106.073, RS104.683 refere-se ao saldo do investimento da controlada Pantanal para a rubrica de Ativos e Passivos Não circulantes mantidos para venda (Nota 16) e, RS1.390 refere-se a transferência para a rubrica de Passivo descoberto (Nota 18.3).

	Controladora						% Participação direta
	Saldo em 31/12/2014	Adições	Equivalência patrimonial	Dividendos/ JSCP	Outros resultados abrangentes	Incorporação	
EDP Energias do Brasil	469.300		(83.910)		2.845		
Porto do Pecém	1.288	-	1.044	(419)	-	-	1,913
Pecém OM	175	-	175	-	-	-	47
CEJA	259.554	-	(16.443)	-	-	-	243,111
Caçoero Caltelheiro	201.682	-	(6.723)	-	-	-	184,959
Caçoero Caltelheiro (Mais valia)	177.574	133.500	(5.944)	-	-	-	305,130
Mabe	-	-	(19)	-	-	19	50,00
São Manoel	400	-	105.668	(1.172)	-	-	103,06
BCE	-	-	-	-	-	-	400
	1.111.675	239.168	(113.295)	(419)	2.845	19	850.368

(*) Refere-se a combinação de negócios por estígio ocorrida na aquisição da participação remanescente da Porto do Pecém (Nota 18.1).

18.2.1 **Direito de concessão/Goodwill** Conforme o ICPC 09 os Direitos de concessão e Goodwill são classificados como investimentos, na controladora. Para fins de consolidação, ambos são classificados como Intangível.

18.3 Movimentação da Provisão para passivo a descoberto

	Controladora						% Participação direta
	Saldo em 31/12/2014	Adições	Equivalência patrimonial	Provisão para perdas	Transferência	Saldo em 31/12/2015	
Passivo a Descoberto							
São Manoel	912	-	478	-	(1.390)	-	33,534
Enepepe	133	(200)	-	-	-	25	100,00
Terra Verde	278	-	570	(278)	-	-	100,00
	1.323	(200)	948	(278)	(1.390)	25	100,00

18.3.1 Terra Verde

A Terra Verde teve sua liquidação aprovada pela Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP em 3 de dezembro de 2014, sendo o acervo líquido da mesma, no montante de R\$3, incorporado pela EDP - Energias do Brasil em janeiro de 2015.

18.4 Participação direta dos investimentos

	Ações/Quotas possuídas pela Companhia (Mil)		% de participação da Companhia		Ativos totais	Passivos (Circulantes e Não circulantes)		Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		Recitas	Resultado líquido do exercício			
	31/12/2015	31/12/2014	Capital integralizado	Capital volante		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014		2015	2014	2015	2014
Companhia	39.091.735	39.091.735	100,00	100,00	3.352.050	2.769.906	1.198.565	1.701.050	1.133.485	1.088.756	3.837.398	3.196.650	261.967	240.256
EDP Escocela	5.876	5.876	100,00	100,00	3.160.743	2.839.121	2.194.555	1.932.115	966.188	907.006	2.945.118	2.428.845	126.789	181.775
Energy	1.000.572	1.000.572	100,00	100,00	63.018	63.018	599.556	212.419	387.163	584.670	289.612	381.914	81.797	113.170
Lajeado	113.690	113.690	55,86	100,00	1.699.057	1.655.308	700.709	689.931	1.689.438	966.177	489.975	462.921	102.637	37.796
CEJA	12.897	12.897	50,00	50,00	880.897	930.300	394.675	411.191	486.222	519.109	-	-	(32.887)	62.860
Enepepe	499.951	499.951	50,00	50,00	1.806.062	1.806.062	402.858	458.550	1.403.204	1.389.649	435.627	433.025	170.259	141.349
Caçoero Caltelheiro	313.800	271.993	50,00	50,00	1.362.956	1.021.077	752.356	355.150	665.927	610.262	(11.888)	(3.438)	-	-
EDP Comercializadora	26.217	26.217	100,00	100,00	507.689	593.808	404.145	504.908	103.544	88.900	2.062.117	2.862.162	20.190	58.927
EDP GRID	8.259	8.259	100,00	100,00	9.741	9.741	8.990	61.541	732	17.200	9.258	15.878	7.617	4.951
Porto do Pecém	2.286.193	943.436	100,00	100,00	4.561.670	4.595.625	3.212.592	3.657.026	1.349.078	938.599	1.249.606	1.153.672	22.154	(236.250)
Pecém TM	600	600	50,00	50,00	13.698	3.127	9.314	550	4.322	2.577	23.902	5.227	2.089	1.677
Pecém OM	763	763	50,00	50,00	4.862	4.869	4.771	4.037	94	352	3.972	2.208	(95)	(83)
São Manoel (I)	105.669	-	33.334	33,334	1.585.217	703.427	1.275.903	706.165	309.314	-	(2.738)	(4.948)	(1.678)	-
EDP Renováveis	-	-	100,00	100,00	-	-	-	-	-	-	261	-	-	-
EDP Renováveis	-	183.576	-	-	-	324.831	-	-	86.598	-	238.233	-	-	17.877
Mabe	260.285	260.285	50,00	50,00	102.597	90.592	102.590	90.545	7	47	61.044	21.529	(40)	(32.255)
Resende	21.513	18.095	100,00	100,00	21.214	21.225	21.225	3.428	-	-	-	-	5.111	(9)
Santa Fé	86.371	-	100,00	100,00	172.708	-	53.308	-	119.400	-	27.157	-	9.148	-
Costa Rica	7.302	51,00	51,00	51,00	29.753	3.502	3.502	26.251	26.251	26.855	17.456	17.456	17.456	-
Pantanal	23.390	-	100,00	100,00	112.763	-	11.306	-	101.457	-	55.458	-	29.087	-

(I) O total de ações em 31 de dezembro de 2014 é de 334 ações.

(II) O total de ações em 31 de dezembro de 2014 é de 100 ações.

18.5 **Participação dos não controladores** A participação total dos não controladores no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 é de R\$1.676.793, dos quais R\$12.863 corresponde à Costa Rica, R\$641.308 corresponde à Investo, R\$641.340 corresponde à Lajeado e R\$561.282 corresponde à Enepepe.

As informações sintéticas do fluxo de caixa das companhias que possuem participação dos não controladores, estão apresentadas a seguir:

	Costa Rica		Investo		Lajeado		Enepepe		Total	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	18.841	146.992	274.888	141.701	582.422	582.422	141.701	582.422	1.414.934	1.414.934
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.391)	(6.099)	(2.820)	(10.156)	(96.098)	(96.098)	(10.156)	(96.098)	(96.098)	(96.098)

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Table with columns: Valor líquido em 31/12/2014, Adição, Juros capitalizados, Transferência para Intangível em serviço, Transferências para ativo financeiro indenizável, Amortização, Baixas, Aquisição de empresa, Transferência para Ativo Manufatura para Venda, Reclassificação, Valor líquido em 31/12/2015

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ativos e intangíveis com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado da unidade geradora de caixa individual, representativa do conjunto de intangíveis.

Em 31 de dezembro de 2015 o teste de recuperação dos ativos e intangíveis da Companhia e suas controladas não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas nos ativos intangíveis. No exercício não foram constatadas evidências de perdas não recuperáveis ou eventos ou alterações nas premissas e circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

22.3 Direito de concessão - Infraestrutura

Referem-se ao direito das concessionárias EDP Bandeirante e EDP Escalera de receber caixa dos usuários pelo serviço de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso da infraestrutura, originadas da bifurcação requerida pelo CPQ 01 (R1) (Nota 20). Estão registrados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável. A amortização é registrada pelo prazo remanescente da concessão.

Table with columns: Saldo em 31/12/2014, Amortização, Saldo em 31/12/2015

Em 31 de dezembro de 2015 o teste de recuperação dos ativos e intangíveis da Companhia e suas controladas não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas nos ativos intangíveis.

22.6 Agil - Incorporação de Sociedade Controladora
Referem-se à parcela cirilica do ativo incorporado nas controladas EDP Bandeirante, EDP Escalera e Lajeado, decorrente da aquisição de ações controladas da Controladora, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 318/09 e nº 349/09 (CPQ 09 e CPQ 08).

24 Debêntures
24.1 Composição do saldo de Debêntures

Table with columns: Agente fiduciário, Empresa, Tipo de emissão, Quantidade de títulos, Valor unitário, Valor total, Data da emissão, Vigência do contrato, Finalidade, Custo da dívida, Forma de pagamento, Garantias, Circulante, Circulante circulante, Total

Table with columns: Agente fiduciário, Empresa, Tipo de emissão, Quantidade de títulos, Valor unitário, Valor total, Data da emissão, Vigência do contrato, Finalidade, Custo da dívida, Forma de pagamento, Garantias, Circulante, Circulante circulante, Total

(i) Conforme AGD de 17 de Setembro de 2015, ocorreu alteração do juros remuneratórios de CDI + 0,98% a.a. para CDI + 1,60% a.a., efetivo a partir de 18 de Setembro de 2015.

Table with columns: Valor líquido em 31/12/2014, Ingressos, Pagamentos, provisionados, Transferências, Amortização do custo de transação, Variação monetária e cambial, Valor líquido em 31/12/2015

Table with columns: Valor líquido em 31/12/2014, Ingressos, Pagamentos, provisionados, Transferências, Amortização do custo de transação, Variação monetária e cambial, Valor líquido em 31/12/2015

24.3 Encargos das parcelas de Circulante e Não Circulante
Circulante

Table with columns: Valor líquido em 31/12/2014, Ingressos, Pagamentos, provisionados, Transferências, Amortização do custo de transação, Variação monetária e cambial, Valor líquido em 31/12/2015

As emissões de Debêntures feitas pela Companhia e suas controladas não são converíveis em ações. As principais cláusulas prevendo a resolução nos contratos vigentes estão descritas abaixo. A totalidade das cláusulas podem ser consultadas nos prospectos das respectivas emissões.

22.2 Desenvolvimento de projetos
Do montante de R\$17,344 referente a BARR, R\$12.450 refere-se a gastos com estudos, engenharia, geologia, topografia, hidrologia e meio ambiente do projeto de implantação de R\$1 milhões. O processo ambiental da UHE está parado no IBAMA, principalmente devido às dificuldades de negociação com as comunidades indígenas da região do Tocantins, além de resultar na remoção de 3.000 famílias.

23 Fonecedores
Suprimento de energia elétrica
Operações COCE
Materiais e serviços
Total

23.1 Energia livre
A energia livre refere-se a eletricidade gerada a partir de fontes renováveis em períodos de racionamento de energia entre junho de fevereiro de 2002, na qual a comercialização de energia foi limitada ao prazo máximo definido na Resolução ANEL nº 104.

23.2 Aplicação do Generation Skating Factor - GSF
Do montante a ser liquidado junto a CCE de R\$25,252, R\$8.117,20 são relativos a aplicação do GSF (fator que mede o volume de fuso gerado pelas hidroelétricas) das competições de maio a dezembro de 2015, que deverão ser liquidados quando da reatuação do risco hidrológico (Nota 43.3).

23.3 Aplicação do Índice Financeiro de Manutenção da Operação - IFMO
Em 1º de julho de 2015 foi concedida liminar que impede a aplicação pela ANEL do ajuste do IFMO, caso haja formação de custo do MRE em montante inferior ao IFMO. A decisão foi proferida em favor do autor da ação, mantendo a aplicação do IFMO.

23.4 Aplicação do Índice Financeiro de Manutenção da Operação - IFMO
Em 1º de julho de 2015 foi concedida liminar que impede a aplicação pela ANEL do ajuste do IFMO, caso haja formação de custo do MRE em montante inferior ao IFMO.

23.5 Aplicação do Índice Financeiro de Manutenção da Operação - IFMO
Em 1º de julho de 2015 foi concedida liminar que impede a aplicação pela ANEL do ajuste do IFMO, caso haja formação de custo do MRE em montante inferior ao IFMO.

23.6 Aplicação do Índice Financeiro de Manutenção da Operação - IFMO
Em 1º de julho de 2015 foi concedida liminar que impede a aplicação pela ANEL do ajuste do IFMO, caso haja formação de custo do MRE em montante inferior ao IFMO.

23.7 Aplicação do Índice Financeiro de Manutenção da Operação - IFMO
Em 1º de julho de 2015 foi concedida liminar que impede a aplicação pela ANEL do ajuste do IFMO, caso haja formação de custo do MRE em montante inferior ao IFMO.

23.8 Aplicação do Índice Financeiro de Manutenção da Operação - IFMO
Em 1º de julho de 2015 foi concedida liminar que impede a aplicação pela ANEL do ajuste do IFMO, caso haja formação de custo do MRE em montante inferior ao IFMO.

23.9 Aplicação do Índice Financeiro de Manutenção da Operação - IFMO
Em 1º de julho de 2015 foi concedida liminar que impede a aplicação pela ANEL do ajuste do IFMO, caso haja formação de custo do MRE em montante inferior ao IFMO.

23.10 Aplicação do Índice Financeiro de Manutenção da Operação - IFMO
Em 1º de julho de 2015 foi concedida liminar que impede a aplicação pela ANEL do ajuste do IFMO, caso haja formação de custo do MRE em montante inferior ao IFMO.

23.11 Aplicação do Índice Financeiro de Manutenção da Operação - IFMO
Em 1º de julho de 2015 foi concedida liminar que impede a aplicação pela ANEL do ajuste do IFMO, caso haja formação de custo do MRE em montante inferior ao IFMO.

23.12 Aplicação do Índice Financeiro de Manutenção da Operação - IFMO
Em 1º de julho de 2015 foi concedida liminar que impede a aplicação pela ANEL do ajuste do IFMO, caso haja formação de custo do MRE em montante inferior ao IFMO.

23.13 Aplicação do Índice Financeiro de Manutenção da Operação - IFMO
Em 1º de julho de 2015 foi concedida liminar que impede a aplicação pela ANEL do ajuste do IFMO, caso haja formação de custo do MRE em montante inferior ao IFMO.

23.14 Aplicação do Índice Financeiro de Manutenção da Operação - IFMO
Em 1º de julho de 2015 foi concedida liminar que impede a aplicação pela ANEL do ajuste do IFMO, caso haja formação de custo do MRE em montante inferior ao IFMO.

23.15 Aplicação do Índice Financeiro de Manutenção da Operação - IFMO
Em 1º de julho de 2015 foi concedida liminar que impede a aplicação pela ANEL do ajuste do IFMO, caso haja formação de custo do MRE em montante inferior ao IFMO.

23.16 Aplicação do Índice Financeiro de Manutenção da Operação - IFMO
Em 1º de julho de 2015 foi concedida liminar que impede a aplicação pela ANEL do ajuste do IFMO, caso haja formação de custo do MRE em montante inferior ao IFMO.

23.17 Aplicação do Índice Financeiro de Manutenção da Operação - IFMO
Em 1º de julho de 2015 foi concedida liminar que impede a aplicação pela ANEL do ajuste do IFMO, caso haja formação de custo do MRE em montante inferior ao IFMO.

23.18 Aplicação do Índice Financeiro de Manutenção da Operação - IFMO
Em 1º de julho de 2015 foi concedida liminar que impede a aplicação pela ANEL do ajuste do IFMO, caso haja formação de custo do MRE em montante inferior ao IFMO.

23.19 Aplicação do Índice Financeiro de Manutenção da Operação - IFMO
Em 1º de julho de 2015 foi concedida liminar que impede a aplicação pela ANEL do ajuste do IFMO, caso haja formação de custo do MRE em montante inferior ao IFMO.

23.20 Aplicação do Índice Financeiro de Manutenção da Operação - IFMO
Em 1º de julho de 2015 foi concedida liminar que impede a aplicação pela ANEL do ajuste do IFMO, caso haja formação de custo do MRE em montante inferior ao IFMO.

23.21 Aplicação do Índice Financeiro de Manutenção da Operação - IFMO
Em 1º de julho de 2015 foi concedida liminar que impede a aplicação pela ANEL do ajuste do IFMO, caso haja formação de custo do MRE em montante inferior ao IFMO.

23.22 Aplicação do Índice Financeiro de Manutenção da Operação - IFMO
Em 1º de julho de 2015 foi concedida liminar que impede a aplicação pela ANEL do ajuste do IFMO, caso haja formação de custo do MRE em montante inferior ao IFMO.

23.23 Aplicação do Índice Financeiro de Manutenção da Operação - IFMO
Em 1º de julho de 2015 foi concedida liminar que impede a aplicação pela ANEL do ajuste do IFMO, caso haja formação de custo do MRE em montante inferior ao IFMO.

23.24 Aplicação do Índice Financeiro de Manutenção da Operação - IFMO
Em 1º de julho de 2015 foi concedida liminar que impede a aplicação pela ANEL do ajuste do IFMO, caso haja formação de custo do MRE em montante inferior ao IFMO.

23.25 Aplicação do Índice Financeiro de Manutenção da Operação - IFMO
Em 1º de julho de 2015 foi concedida liminar que impede a aplicação pela ANEL do ajuste do IFMO, caso haja formação de custo do MRE em montante inferior ao IFMO.

23.26 Aplicação do Índice Financeiro de Manutenção da Operação - IFMO
Em 1º de julho de 2015 foi concedida liminar que impede a aplicação pela ANEL do ajuste do IFMO, caso haja formação de custo do MRE em montante inferior ao IFMO.

23.27 Aplicação do Índice Financeiro de Manutenção da Operação - IFMO
Em 1º de julho de 2015 foi concedida liminar que impede a aplicação pela ANEL do ajuste do IFMO, caso haja formação de custo do MRE em montante inferior ao IFMO.

23.28 Aplicação do Índice Financeiro de Manutenção da Operação - IFMO
Em 1º de julho de 2015 foi concedida liminar que impede a aplicação pela ANEL do ajuste do IFMO, caso haja formação de custo do MRE em montante inferior ao IFMO.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(em milhares de reais, exceto quando indicado)

(ix) Aplicável à Companhia: alteração do rating da Emissão para nota inferior a: (aa) "AA" (duplo A menos) pela Standard & Poor's Ratings do Brasil Ltda.; (bb) "Aa3 br" pela Moody's; ou (cc) "AA" (duplo A menos) pela Fitch Ratings Brasil Ltda. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e as controladas EDP Bandeirante, EDP Escaltes, Lajeado e Energest, encontram-se em pleno atendimento de todas as obrigações previstas no contrato de emissão de debêntures.

25. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas
25.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Table with columns: Moeda nacional, Empresa, Valor contratado, Data da contratação, Valor liberado, Vigência do contrato, Finalidade, Covenants, Custo da dívida, Forma de pagamento, Encargos, Garantias, Circulante, Não circulante, Total. Includes sub-sections for Moeda nacional and Moeda estrangeira.

Total geral
(i) O EBITDA Ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais";
(ii) O EBITDA Ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais"; e com outras rubricas não operacionais que tenham efeito no resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva ou valor justo. As operações de swap hedge foram reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado e a forma de realização é marcação a mercado.

25.2 Mutação dos empréstimos e financiamentos no exercício

Table showing financial movements for Circulante and Não circulante, including columns for Valor líquido em 31/12/2014, Ingressos, Pagamentos, provisionados, Transferências, Ajuste a valor de mercado, Ajuste a valor presente, Aquisição de empresas, Amortização do custo de transação, and Valor líquido em 31/12/2015.

Table showing consolidated financial movements for Circulante and Não circulante, including columns for Valor líquido em 31/12/2014, Ingressos, Pagamentos, provisionados, Transferências, Ajuste a valor de mercado, Ajuste a valor presente, Aquisição de empresas, Amortização do custo de transação, Variação monetária em cambial, and Valor líquido em 31/12/2015.

25.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos)

Table showing maturity schedules for Circulante and Não circulante, including columns for Vencimento, Circulante, Nacional, Estrangeira, Total, and EDP Escuelas, Endergest.

26 Benefícios pós-emprego

A Companhia e determinadas controladas mantêm planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e outros benefícios pós-emprego, compostos por assistência médica, seguro de vida, AIA - Auxílio de Incentivo à Aposentadoria e outros benefícios e aposentados.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12, a contabilização dos passivos oriundos de benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência a Companhia e suas controladas diretas EDP Bandeirante, EDP Escuelas e Endergest e a controlada indireta Investimentos atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Critério Unitário Projetado, sendo a última efetuada para a data-base 31 de dezembro de 2015.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passivos são reconhecidos no exercício em que ocorrem integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre os déficits/superávits atuariais utilizando a taxa de desconto do laudo vigente.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

Table showing actuarial data for Circulante and Não circulante, including columns for Controladora, Circulante, Nacional, Estrangeira, Total, and EDP Escuelas, Endergest.

26.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão
São administrados pela EnPreV, entidade fechada de previdência complementar patrocinada pelas empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil e cadastrados no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios - CNPB na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. Tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores das companhias, sendo assegurados os direitos e deveres dos participantes, assistidos e pensionistas, previstos nos regulamentos.

Adicionalmente, a controlada Endergest possui planos de suplementação de aposentadoria e pensão, geridos pela Fundação Enderust, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos. Segue abaixo a descrição dos planos de cada controlada:

EDP Bandeirante
(i) Plano PSAP Bandeirante - Grupo de Custeio BSPP: Corresponde aos benefícios proporcionais dos empregados, calculados com base no tempo de serviço até março de 1998, enquanto esteve vigente. Possui a característica do tipo Benefício definido, que concede Benefício salariado, em forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano, apurada pelo atuariado da EnPreV, é de EDP Bandeirante.

A EDP Bandeirante possui um compromisso, decorrente do déficit atuarial calculado pelo atuariado da EnPreV conforme diretrizes da Resolução CGPC nº 26/2008, que está sendo liquidado financeiramente em 240 meses com base em percentual sobre a folha de salários, contados a partir de setembro de 1997, podendo ser revisado semestralmente para assegurar a liquidação do saldo no período acima. As premissas atuariais utilizadas pela EDP Bandeirante atendem ao disposto no CPC 33 (R1) quando se trata das premissas atuariais utilizadas pela EnPreV atendem a Resolução CGPC nº 18/2006 e Instrução Previc nº 7/2013.

(ii) Plano PSAP Bandeirante - Grupos de Custeio BD e CV:
(a) Grupo de Custeio BD - vigente após 31 de março de 1998: Plano do tipo Benefício definido, que concede Renda vitalícia reversível em pensão, relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998, na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e de entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado, inclusive o acumulado até 31 de março de 1998 e, portanto, não incluem apenas o tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano, apurada pelo atuariado da EnPreV, é de EDP Bandeirante e EDP Escuelas.

(b) Grupo de Custeio CV: Implantado junto com a modalidade BD vigente após 31 de março de 1998 que, até a concessão da renda vitalícia reversível (ou não) em pensão, é do tipo Contribuição variável, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a EDP Bandeirante. Somente após a concessão da renda vitalícia reversível (ou não) em pensão, é do tipo plano previdenciário que passa a ser do tipo Benefício definido e, portanto passa a gerar responsabilidade atuarial à EDP Bandeirante. O participante pode escolher também a opção de renda financeira, não gerando responsabilidade atuarial para a EDP Bandeirante.

EDP Escuelas
Plano Escuelas I estruturado na modalidade de Benefício definido: O plano de custeio é sustentado por contribuições da patrocinadora, que correspondem ao dobro das contribuições dos participantes limitadas a 7% da folha de salários. Concede Renda vitalícia reversível em pensão, na base de até 100% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade.

Plano Escuelas II estruturado na modalidade de Contribuição variável: O plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme o regulamento do plano. É um plano previdenciário que, até a concessão da renda vitalícia reversível (ou não) em pensão, é do tipo Contribuição variável, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a EDP Escuelas. Somente após a concessão da renda vitalícia reversível (ou não) em pensão, se for essa a escolha do participante, é que o plano previdenciário pode passar a ser do tipo Benefício definido e, portanto, gerando responsabilidade atuarial à EDP Escuelas. O participante pode escolher também a opção de renda financeira, não gerando responsabilidade atuarial para a EDP Escuelas. O participante pode escolher também a opção de renda financeira, não gerando responsabilidade atuarial para a EDP Escuelas.

EDP Energis
Plano Escuelas I estruturado na modalidade de Contribuição variável (administrado pela Fundação Enderust): O plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme o regulamento do plano. É um plano previdenciário que, até a concessão da renda vitalícia reversível (ou não) em pensão, é do tipo Contribuição variável, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a EDP Escuelas. Somente após a concessão da renda vitalícia reversível (ou não) em pensão, se for essa a escolha do participante, é que o plano previdenciário pode passar a ser do tipo Benefício definido e, portanto, gerando responsabilidade atuarial à EDP Escuelas. O participante pode escolher também a opção de renda financeira, não gerando responsabilidade atuarial para a EDP Escuelas.

26.1.1 Avaliação atuarial
Uma série de premissas podem ter sua realização diferente do calculado na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos planos ou da legislação aplicável a planos de previdência.

As obrigações dos planos são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos do governo do tipo NTN-B. Desta forma, caso a rentabilidade dos ativos dos planos seja diferente da rentabilidade do NTN-B, haverá um ganho ou perda atuarial aumentando ou diminuindo o déficit/superávit atuarial desses benefícios.

As práticas de investimento dos planos se pautam pela busca e manutenção de ativos líquidos e dotados de rentabilidade necessária para cumprir estas obrigações no curto, médio e longo prazo, mantendo um equilíbrio entre os ativos e os compromissos do passivo com o objetivo de gerar uma liquidez compatível com o crescimento e a proteção do capital, visando garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as necessidades dilatas pelas fluxos atuariais futuros.

26.1.2 Conciliação dos ativos e passivos atuariais
EDP Bandeirante

Table showing actuarial reconciliation for EDP Bandeirante, including columns for 2015 and 2014, and sub-columns for Valor presente, Valor justo, Restrições de desobrigações dos ativos reconhecido, Ativo das obrigações do plano, and Restrições de desobrigações dos ativos reconhecido.

EDP Escuelas

Table showing actuarial reconciliation for EDP Escuelas, including columns for 2015 and 2014, and sub-columns for Valor presente, Valor justo, Restrições de desobrigações dos ativos reconhecido, Ativo das obrigações do plano, and Restrições de desobrigações dos ativos reconhecido.

EDP Energis

Table showing actuarial reconciliation for EDP Energis, including columns for 2015 and 2014, and sub-columns for Valor presente, Valor justo, Restrições de desobrigações dos ativos reconhecido, Ativo das obrigações do plano, and Restrições de desobrigações dos ativos reconhecido.

26.1.3 Vencimentos dos planos de benefício
Os vencimentos dos planos de benefício, calculado nas avaliações atuariais, consideram o seguinte fluxo futuro de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Table showing future benefit payments for EDP Bandeirante, EDP Escuelas, and EDP Energis, including columns for Vencimento, Circulante, Não circulante, and Endergest.

Table showing actuarial reconciliation for EDP Bandeirante, including columns for 2015, 2014, and sub-columns for Valor presente, Valor justo, Restrições de desobrigações dos ativos reconhecido, Ativo das obrigações do plano, and Restrições de desobrigações dos ativos reconhecido.

Table showing actuarial reconciliation for EDP Escuelas, including columns for 2015, 2014, and sub-columns for Valor presente, Valor justo, Restrições de desobrigações dos ativos reconhecido, Ativo das obrigações do plano, and Restrições de desobrigações dos ativos reconhecido.

Table showing actuarial reconciliation for EDP Energis, including columns for 2015, 2014, and sub-columns for Valor presente, Valor justo, Restrições de desobrigações dos ativos reconhecido, Ativo das obrigações do plano, and Restrições de desobrigações dos ativos reconhecido.

26.1.4 Despesas líquidas
Os custos de avaliação atuarial reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes, ambos em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego são os seguintes:

Table showing liquid expenses for EDP Bandeirante, including columns for 2015, 2014, and sub-columns for Valor presente, Valor justo, Restrições de desobrigações dos ativos reconhecido, Ativo das obrigações do plano, and Restrições de desobrigações dos ativos reconhecido.

26.1.5 Classes de ativos
As principais classes de ativos dos planos estão segregadas conforme a seguir:

Table showing asset classes for EDP Bandeirante, including columns for 31/12/2015, 31/12/2014, and sub-columns for Classe, Mercado, Alocção %, and Valor presente.

Table showing asset classes for EDP Escuelas, including columns for 31/12/2015, 31/12/2014, and sub-columns for Classe, Mercado, Alocção %, and Valor presente.

Table showing asset classes for Endergest, including columns for 31/12/2015, 31/12/2014, and sub-columns for Classe, Mercado, Alocção %, and Valor presente.

26.1.6 Análise de sensibilidade
A análise de sensibilidade decorrente de risco de variação na taxa de mortalidade é expressa a seguir, considerando apenas a alteração nas hipóteses mencionadas em cada linha:

Table showing sensitivity analysis for EDP Bandeirante, including columns for 2015, 2014, and sub-columns for Valor presente, Valor justo, Restrições de desobrigações dos ativos reconhecido, Ativo das obrigações do plano, and Restrições de desobrigações dos ativos reconhecido.

26.1.7 Premissas
As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial foram as seguintes:

Table showing actuarial assumptions for EDP Escuelas, including columns for 2015, 2014, and sub-columns for Economias, PSAP, Plano I, Plano II, and Valor presente.

26.2 Auxílio Incentivo à Aposentadoria (AIA), Assistência Médica, Seguro de vida e Outros Benefícios a Aposentados: Benefício Definido
26.2.1 Avaliação atuarial
A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2015 demonstrou uma obrigação presente para estes Planos do tipo Benefício Definido. Uma série de premissas podem ter sua realização diferente da calculada na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos benefícios ou da legislação aplicável a estes.

A maior parte das obrigações dos benefícios consistem na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumento na expectativa de vida resultaria em aumento nas obrigações dos planos. Estes benefícios são sensíveis à inflação, sendo que uma inflação maior que o previsto nesta avaliação levava a um maior nível de obrigações.

26.2.2 Conciliação dos ativos e passivos atuariais
EDP Escuelas

Table showing actuarial reconciliation for EDP Escuelas, including columns for 2015, 2014, and sub-columns for Valor presente, Valor justo, Restrições de desobrigações dos ativos reconhecido, Ativo das obrigações do plano, and Restrições de desobrigações dos ativos reconhecido.

EDP Energis

Table showing actuarial reconciliation for EDP Energis, including columns for 2015, 2014, and sub-columns for Valor presente, Valor justo, Restrições de desobrigações dos ativos reconhecido, Ativo das obrigações do plano, and Restrições de desobrigações dos ativos reconhecido.

26.2.3 Vencimentos dos planos de benefício
EDP Escuelas

Table showing future benefit payments for EDP Escuelas, including columns for 2015, 2014, and sub-columns for Vencimento, Assistência médica e Seguro de vida, and Valor presente.

EDP Energis

Table showing future benefit payments for EDP Energis, including columns for 2015, 2014, and sub-columns for Vencimento, Assistência médica e Seguro de vida, and Valor presente.

26.2.4 Despesas líquidas
A despesa líquida com este benefício reconhecida no resultado e ganhos e perdas atuariais reconhecida em outros resultados abrangente em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego, tem a seguinte composição:

Table showing liquid expenses for EDP Escuelas, including columns for 31/12/2015, 31/12/2014, and sub-columns for Valor presente, Valor justo, Restrições de desobrigações dos ativos reconhecido, Ativo das obrigações do plano, and Restrições de desobrigações dos ativos reconhecido.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

26.2.6 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade decorrente do risco de variação na taxa de desconto e na tabela de mortalidade é expressa a seguir, considerando apenas a alteração nas hipóteses mencionadas em cada linha.

Análise de sensibilidade	AIA			Assistência Médica e Benefícios a Seguro Aposentadoria (AIA) Ontológico Aposentados de Vida			Energis			Assistência Médica e Benefícios a Seguro Aposentadoria (AIA) Ontológico Aposentados							
	Saldo em 31/12/2015	Atualização monetária	Reversão	Saldo em 31/12/2015	Atualização monetária	Reversão	Saldo em 31/12/2015	Atualização monetária	Reversão	Saldo em 31/12/2015	Atualização monetária	Reversão					
Presupostos Centrais	1.749	408.167	3.083	45.154	9.580	100	527	29.1	12.163	10.771	28.174	35.061	28.217	20.152	230.058	188.633	
Taxa de desconto															11.279	2.526	6.940
Aumento na taxa de desconto em 0,5%	(1)	(21.994)	(220)	(1.712)	(619)	(13)	(3)										
Redução na taxa de desconto em 0,5%	(11)	24.180	251	1.847	(687)	(1)	31										
Mortalidade																	
Se os membros do plano fossem um ano mais novo do que sua idade real					12.698		63	737	238		2						

26.2.7 Premissas
As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial foram as seguintes:

	2015			2014		
	AIA	Assistência Médica	Seguro de Vida	AIA	Assistência Médica	Seguro de Vida
Taxa de desconto - nominal	12,25% a.a.	12,25% a.a.	12,25% a.a.	12,25% a.a.	12,25% a.a.	12,25% a.a.
Crescimentos salariais futuros	7,82% a.a.	n/a	n/a	7,82% a.a.	n/a	7,82% a.a.
Crescimento dos planos de benefícios	5,50% a.a.	n/a	5,50% a.a.	5,50% a.a.	n/a	5,50% a.a.
Inflação médica de longo prazo	n/a	11,50% a.a. em 2015, reduzindo linearmente para 7,00% a.a. até 2026	n/a	n/a	n/a	n/a
Inflação	5,50% a.a.	n/a	5,50% a.a.	5,50% a.a.	n/a	5,50% a.a.
Fator de enriquecimento	n/a	3,00% a.a.	n/a	n/a	3,00% a.a.	n/a
Demográficas						
Tabela de mortalidade	RP 2000 Generational	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Generational	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tabela de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	RP 2000 Disabled	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1
Tabela de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

	2014			2015		
	AIA	Assistência Médica	Seguro de Vida	AIA	Assistência Médica	Seguro de Vida
Taxa de desconto - nominal	12,25% a.a.	12,25% a.a.	12,25% a.a.	12,25% a.a.	12,25% a.a.	12,25% a.a.
Crescimentos salariais futuros	6,34% a.a.	n/a	n/a	6,34% a.a.	n/a	6,34% a.a.
Crescimento dos planos de benefícios	5,50% a.a.	n/a	5,50% a.a.	5,50% a.a.	n/a	5,50% a.a.
Inflação médica de longo prazo	n/a	11,50% a.a. em 2015, reduzindo linearmente para 6,50% a.a. até 2025	n/a	n/a	n/a	n/a
Inflação	5,50% a.a.	n/a	5,50% a.a.	5,50% a.a.	n/a	5,50% a.a.
Fator de enriquecimento	n/a	3,00% a.a.	n/a	n/a	3,00% a.a.	n/a
Demográficas						
Tabela de mortalidade	RP 2000 Generational	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Generational	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tabela de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	RP 2000 Disabled	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1
Tabela de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

	2014			2015		
	AIA	Assistência Médica	Seguro de Vida	AIA	Assistência Médica	Seguro de Vida
Taxa de desconto - nominal	12,25% a.a.	12,25% a.a.	12,25% a.a.	12,25% a.a.	12,25% a.a.	12,25% a.a.
Crescimentos salariais futuros	6,34% a.a.	n/a	n/a	6,34% a.a.	n/a	6,34% a.a.
Crescimento dos planos de benefícios	5,50% a.a.	n/a	5,50% a.a.	5,50% a.a.	n/a	5,50% a.a.
Inflação médica de longo prazo	n/a	11,50% a.a. em 2016, reduzindo linearmente para 6,50% a.a. até 2025	n/a	n/a	n/a	n/a
Inflação	5,50% a.a.	n/a	5,50% a.a.	5,50% a.a.	n/a	5,50% a.a.
Fator de enriquecimento	n/a	3,00% a.a.	n/a	n/a	3,00% a.a.	n/a
Demográficas						
Tabela de mortalidade	RP 2000 Generational	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Generational	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tabela de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	RP 2000 Disabled	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1
Tabela de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

	2014			2015		
	AIA	Assistência Médica	Seguro de Vida	AIA	Assistência Médica	Seguro de Vida
Taxa de desconto - nominal	12,25% a.a.	12,25% a.a.	12,25% a.a.	12,25% a.a.	12,25% a.a.	12,25% a.a.
Crescimentos salariais futuros	6,34% a.a.	n/a	n/a	6,34% a.a.	n/a	6,34% a.a.
Crescimento dos planos de benefícios	5,50% a.a.	n/a	5,50% a.a.	5,50% a.a.	n/a	5,50% a.a.
Inflação médica de longo prazo	n/a	11,50% a.a. em 2016, reduzindo linearmente para 6,50% a.a. até 2025	n/a	n/a	n/a	n/a
Inflação	5,50% a.a.	n/a	5,50% a.a.	5,50% a.a.	n/a	5,50% a.a.
Fator de enriquecimento	n/a	3,00% a.a.	n/a	n/a	3,00% a.a.	n/a
Demográficas						
Tabela de mortalidade	RP 2000 Generational	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Generational	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tabela de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	RP 2000 Disabled	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1
Tabela de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

	2014			2015		
	AIA	Assistência Médica	Seguro de Vida	AIA	Assistência Médica	Seguro de Vida
Taxa de desconto - nominal	12,25% a.a.	12,25% a.a.	12,25% a.a.	12,25% a.a.	12,25% a.a.	12,25% a.a.
Crescimentos salariais futuros	6,34% a.a.	n/a	n/a	6,34% a.a.	n/a	6,34% a.a.
Crescimento dos planos de benefícios	5,50% a.a.	n/a	5,50% a.a.	5,50% a.a.	n/a	5,50% a.a.
Inflação médica de longo prazo	n/a	11,50% a.a. em 2015, reduzindo linearmente para 6,55% a.a. até 2025	n/a	n/a	n/a	n/a
Inflação	5,50% a.a.	n/a	5,50% a.a.	5,50% a.a.	n/a	5,50% a.a.
Fator de enriquecimento	n/a	3,00% a.a.	n/a	n/a	3,00% a.a.	n/a
Demográficas						
Tabela de mortalidade	RP 2000 Generational	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Generational	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tabela de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	RP 2000 Disabled	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1
Tabela de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

26.3 Assistência médica Lei nº 9.656/98 - Benefício Definido

A Investidor mantém atualmente plano de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e Benefício de Assistência Médica derivado da Lei nº 9.656/98. Este plano de assistência médica mensal fixa para o plano de assistência médica tem o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um tempo determinado conforme previsto na legislação aplicável aos Planos de Assistência à Saúde. O modelo de Assistência Médica da Investidor de abril de 2005 até dezembro de 2011 atendiam a essa condição.

26.3.1 Conciliação de ativos e passivos atuariais

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2015 demonstrou uma obrigação presente para este plano do tipo Benefício Definido. Segue abaixo a movimentação para este plano no exercício:

	2015		2014	
	Valor presente das obrigações do plano	(Passivo) reconhecido	Valor presente das obrigações do plano	(Passivo) reconhecido
Saldo inicial reconhecido	(621)	(621)	(727)	(727)
Custo dos juros	(43)	(43)	(69)	(69)
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL	203	203	(24)	(24)
Saldo final reconhecido	(503)	(503)	(261)	(261)

26.4 Contribuição da Anel
A Companhia e suas controladas oferecem 2 planos de contribuição definidos:
(i) Plano administrado pela Enervep, sendo que os colaboradores realizam contribuições básicas de até 5% do salário mensal, e a empresa aporta 100% desse valor como contribuição normal, sem aporte da Anel;
(ii) Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) aberto e administrado pelo Bradesco Vida e Previdência sendo que o colaborador pode contribuir com até 2% do salário mensal, e a empresa aporta 100% desse valor como contribuição normal. O participante também pode optar pela contribuição voluntária de até 2% do salário mensal, sem aporte da Anel.
Para ambos os planos a adesão não é obrigatória e, caso haja interesse, o colaborador deve se manifestar. Adicionalmente estes planos não geram qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia e suas controladas.

As qualidades de patrocinadores destes dois planos, a Companhia contribuiu no exercício com R\$378 (R\$355 em 2014) e as controladas contribuíram no exercício com o montante de R\$3.490 (R\$3.081 em 2014).

Em 31 de dezembro de 2015 esses planos têm a adesão de 86* colaboradores (66* em 31 de dezembro de 2014) da Companhia e 1.139* (963* em 31 de dezembro de 2014) de suas controladas.

(* Não revisto pelos auditores independentes).

27 Encargos setoriais

As obrigações a recolher, referem-se a encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, com segue:

	2015		2014	
	Saldo em 31/12/2015	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2015	Atualização monetária
Quota de reserva global de reversão - RGR	2.189	7.559		
Contas de desenvolvimento energético - CDE	27,1 e 32	9.623	1.498.455	(1.341.285)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFUH)	7,2	7.491	31.326	(34.242)
Encargos tarifários (ECE/EAEE)		31.698		(15)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética (P&D e PEE)	27,2 e 32	41.659	83.825	6.381
Bandeiras tarifárias	8,27, 3 e 32		- 725.128	(74.806)
Outros encargos		1.056	12.463	875
Total		93.714	2.358.756	7.256
Circulante		86.619		
Não circulante		7.095		
Total		93.714		

27.1 Conta de desenvolvimento energético - CDE

Referem-se aos valores das distribuidoras a repassar à Eletrobrás, anuidos pela ANEEL, conforme demonstrado abaixo:

Resolução Homologatória - ANEEL nº 1.857/2015	Montante total	Valor cota mensal	Competência
CDE - Encargos de uso CDE - Encargos de uso CDE - Energia	1.228.075	16.388	Jan e Fev de 2015 Mar e Dez de 2015
Resolução Homologatória - ANEEL nº 1.863/2015	177.133	14.761	Mar de 2015 e Fev de 2020

CDE - Energia - EDP Escelsa 694.540 12.628 Ago de 2015 e Fev de 2020
CDE - Energia - EDP Bandeirante 1.053.375 19.875 Out de 2015 e Fev de 2020

O aumento expressivo no valor da cota mensal teve como objetivo a recomposição do fundo da CDE face os repasses efetuados pelo mesmo às distribuidoras de energia no exercício de 2013, em função da conjuntura hídrica desfavorável e de seus impactos no equilíbrio econômico e financeiro das concessionárias.

Parte dos recursos para o pagamento das quotas foram provenientes da RTE concedida à EDP Bandeirante e EDP Escelsa em 27 de fevereiro de 2015, aplicadas às tarifas a partir de 02 de março de 2015 até 06 de agosto de 2015 para EDP Escelsa e 22 de outubro de 2015 para a EDP Bandeirante (Nota 5.1.2).

27.2 Pesquisa e desenvolvimento (P&D) e Programa de eficiência energética (PEE)

Os valores das obrigações a serem aplicadas nos programas de P&D e PEE registrados pelas controladas, são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. As controladas têm a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio das Resoluções Normativas ANEEL nº 314/06, aplicada até setembro de 2012, alterada pela Resolução Normativa nº 5041/12, e os programas de PEE são regulamentados por meio das Resoluções nº 300/06, aplicada até maio de 2013, alterada pela Resolução Normativa nº 56/13. O saldo líquido em 31 de dezembro de 2015 no montante de R\$65.443 (R\$41.659 em 31 de dezembro de 2014), contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes a esses programas.

27.3 Bandeiras Tarifárias

Referem-se aos valores a repassar à CCRBT, gerida pela CCE (Nota 5.1.1). O saldo é composto pela diferença entre os valores futuros líquidos de ICMS a valores estimados não fatuados, a título de bandeiras tarifárias, deduzidos de parte dos sobrestornos de energia e encargos.

28 Uso de Bem Público - UBP

Correspondem aos valores estabelecidos nos contratos de concessão como contraprestação ao direito de exploração dos aproveitamentos hidrelétricos e sistemas de transmissão associados das controladas Enervep, Investvo, Pantanal e Energis calculados até o final dos contratos de concessão ou outro período pré-estabelecido, e reconhecidos a valor presente.

O UBP será pago ao longo do período da concessão a partir da entrada em operação comercial ou da entrega da energia objeto de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulatório - CCEAR, o que ocorrer primeiro, conforme previsto nos Contratos de Concessão ou outro, prazo quando indicado no Contrato de Concessão para os empreendimentos em operação que tiveram a sua modalidade alterada para concessão onerosa.

	Saldo em 31/12/2015		Saldo em 31/12/2014		Taxa de Juros	Taxa de Desconto	Prazo de Amortização
	Saldo em 31/12/2015	Atualizações monetárias	Saldo em 31/12/2014	Atualizações monetárias			
Enervep	251.429	230.665	6.800	IGP-M	6,00%	2036	
Pantanal		2.828	746	IPCA	7,60%	2018	
Energis	5.046	5.678	675	IPCA	6,32%	2019	
Total	304.588	284.179					

O valor justo total das obrigações relacionadas com o UBP, foram registrados em contrapartida do Intangível (Nota 22.5) no reconhecimento inicial. A provisão da obrigação do UBP foi reconhecida no balanço do CPQ 25.

No exercício de 2015, todas as parcelas foram pagas e, em 31 de dezembro de 2015, o saldo remanescente encontra-se segregado no Circulante e Não Circulante.

Os pagamentos das controladas Enervep e Investvo são realizados ao longo do contrato de concessão e das controladas Pantanal e Energis pelo prazo de 5 anos.

Segue abaixo movimentação do exercício:

	Consolidado		Transferência para ativo		Saldo em 31/12/2015	
	Saldo em 31/12/2015	Encargos e atualizações monetárias	Paquetes	Transferência		
Circulante	25.835	109	1.137	(24.765)	25.759	
Uso de Bem Público	25.835	109	1.137	(24.765)	(869)	27.206
Não Circulante						
Uso de Bem Público	258.344	(1.626)	47.981	-(25.759)	(1.558)	277.382
Total	283.344	(1.626)	47.981	-(25.759)	(1.558)	277.382

29 Provisões

As Provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para satisfazer a obrigação, que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

	Circulante		Não circulante		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	29,1	12.163	10.771	28.174	35.061	28.217
Licenças Ambientais	29,2					
Despesas Contingentes	29,3					
Resarcimento por indoligência	29,4					
Contraprestação contingente	29,5					
Total		12.163	10.771	28.174	35.061	28.217

29.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas e depósitos vinculados a litígios
A Companhia e suas controladas não parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, ambientais, específicas cíveis e outros assuntos. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desfecho que seria exigido para liquidadas na data das demonstrações financeiras. São atualizadas mensalmente mensalmente, por diversos índices de acordo com a natureza da provisão e, são revisadas periodicamente com os auxílios dos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas.

29.1.1 Risco de perda provável
A Administração da Companhia e de suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo		Controladora		Ativo	
	Saldo em 31/12/2014	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2014	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2014	Atualização monetária
Trabalhistas	6.221	39	(3.575)	957	3.442	5
Cíveis	71.251	22.679	(2.464)	(4.09)	1.379	126
Outros	38.937	1.113	(7.261)	1.925	34.714	122
Total	45.832	6.440	(8.329)	(7.667)	4.061	131
Circulante						
Não circulante						
Total						

	Baixas		Consolidado		Ativo	
	Saldo em 31/12/2014	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2014	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2014	Atualização monetária
Trabalhistas	70.949	26.141	(17.856)	(14.230)	7.442	206
Cíveis	71.251	22.679	(2.464)	(20.541)	(8)	1.379
Fiscais	4.518	20	(303)	(3.612)	58	681
Outros	61.967	18.129	(5.074)	(8.215)	9127	97.779
Total	207.675	66.96				

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- Discussão administrativa relativa à utilização de crédito de ICMS, com origem no estorno de débito de notas fiscais canceladas, no valor atualizado até 31 de dezembro de 2015 de R\$24.086 (R\$23.230 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento.
- Discussão judicial decorrente de Execução Fiscal proferida pela União Federal, objetivando a cobrança de ICMS relativo ao ano-calendário de 2009, que foi compensada com saldo de base negativo de ICMS de exercícios anteriores, acumulada pela empresa controlada AEE Eletropaulo, os períodos de monitoramento atualizados em 31 de dezembro de 2015 de R\$24.461.
- Discussão judicial decorrente de Execução Fiscal que engloba débitos resultantes de reestruturação de ICMS relativos aos exercícios de 2008, 2009 e 2013, que envolve o montante atualizado em 31 de dezembro de 2015 de R\$253 (R\$26.071 em 31 de dezembro de 2014). A Procuradoria da Fazenda Estadual cancelou a cobrança individa de alguns débitos, o que resultou na redução do valor da contingência.

- Discussão administrativa no montante atualizado aproximado até 31 de dezembro de 2015 de R\$187.236 (R\$179.672 em 31 de dezembro de 2014), referentes às compensações de créditos decorrentes de pagamento a maior efetuados em 2001 com relação ao IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, em consequência da aplicação do Parecer COSIT 26/02 (impostos sobre RTE).
- Medida judicial relativa a COFINS no período de 1993 a 1995, em litisconsórcio com AES Eletropaulo. A questão versa sobre o direito ao aproveitamento de créditos antes da Lei de Reversão nº 1.388-6 de 1995, concedida aos contribuintes que deixaram de recolher tributos por entesão dos indivíduos. No julgamento de 2ª Instância, foi confirmado parcialmente o direito à anistia, excluindo-se a parcela atinente aos encargos do Decreto-Lei nº 1.025/69. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2015 de R\$7.516 (R\$6.501 em 31 de dezembro de 2014). Atualmente o processo aguarda julgamento de Recursos nos Tribunais Superiores.
- Autorizações de Prefeituras que exigem o pagamento de multas por suposto descumprimento de obrigações acessórias relacionadas à instalação de postes de energia elétrica bem como taxas de fiscalização de obras em logradouros públicos e prepúblico. O valor da contingência em 31 de dezembro de 2015 é de R\$165.057 (R\$9.139 em 31 de dezembro de 2014). Destes montantes, R\$100.000 tratam-se do Município de Segurança que a Companhia alçou para discutir publico sobre o uso de suas próprias emittas, publicas em Quanhães em agosto de 2015. O julgamento aguarda julgamento em favor da Cia., assegurando o direito de discutir o débito sem apresentação de garantia.

EDP Escolas

- A fiscalização do INSS lavrou notificações de cobrança de contribuição previdenciária versando sobre: (i) a desconsideração de autônomos e também de outras pessoas jurídicas, argumentando a existência de vínculo empregatício entre esses prestadores de serviços e a Companhia; (ii) a sua incidência sobre pagamentos realizados aos segurados empregados a título de PLR e bolsa de estudos. Essas notificações atualizadas até 31 de dezembro de 2015 importam em R\$1.711.746 (R\$1.291.484 em dezembro de 2014) e atualmente aguarda decisão administrativa.
- Diversas Prefeituras: A Companhia discute administrativamente e judicialmente a cobrança de IJSSO supostamente incidente sobre os serviços relacionados à atividade de fornecimento de energia elétrica. Inclui também a exigência do pagamento sobre o espaço ocupado pelo sistema de postamentos das redes de energia elétrica e iluminação pública. Esses processos atualizados até 31 de dezembro de 2015 totalizam o montante de R\$176.196 (R\$1.736 em 31 de dezembro de 2014).
- Discussões administrativas e judiciais relativas às compensações não homologadas pela Receita Federal, com respaldo em créditos reconhecidos judicialmente, bem como de saldo negativo de IRPJ e CSLL, e decorrentes de pagamento a maior de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS efetuados em 2001 em consequência da aplicação do Parecer COSIT 26/02 (impostos sobre RTE), que somam em 31 de dezembro de 2015 o valor de R\$113.364 (R\$104.415 em 31 de dezembro de 2014).

EDP Comercializadora

- Discussão judicial à exigência de ICMS sobre operação de venda interestadual de energia elétrica, cujo débito atualizado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$17.704 (R\$16.688 em 31 de dezembro de 2014) e encontra-se garantido por fiança bancária. O processo aguarda julgamento.
- Discussão administrativa acerca da cobrança de débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, referente aos períodos de 2004/2006, decorrentes da não homologação da compensação com créditos dos meses tributários. O valor atualizado desses processos em 31 de dezembro de 2015 é de R\$15.067 (R\$14.152 em 31 de dezembro de 2014).

Lajeado

- Discussão administrativa referente a atuação em 2014 da Receita Federal do Brasil, que visa a cobrança de IRPJ e CSLL em decorrência da glosa de despesas com age gerado na aquisição de participação societária. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2015 é de R\$882.290 (R\$788.409 em 31 de dezembro de 2014).

Enepretec

- Processo de fiscalização nº 0816500.2014.00289-9 sobre a verificação da regularidade de recolhimentos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS para o ano-calendário de 2009, foi notificada e esclarecer as deduções realizadas a título de Juros sobre o Capital Próprio da base de apuração do IRPJ e da CSLL. No dia 18 de dezembro de 2015 através do acórdão nº 03-69.862 da 2ª Turma do DJURBSB, a Enepretec obteve decisão de 1ª Instância, a qual acolheu os argumentos da defesa apresentada pela Enepretec, julgando procedente a impugnação, para o fim de cancelar o crédito tributário exigido, estendendo o momento de pagamento da decisão a uma decisão que pendente de ratificação pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF (por força de recurso necessário), de acordo com o art. 34 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1970. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$1.713 (R\$16.327 em 31 de dezembro de 2014).

Porto do Peçom

- Execução Fiscal nº 000.15377.2015.405.810 no montante de R\$370.010 ajuizada pela União Federal, objetivando a cobrança de débitos de IRPJ e CSLL decorrentes da glosa de variações de determinadas receitas financeiras e variações cambiais ativas auferidas nos meses de janeiro, fevereiro e dezembro de 2009. A Enepretec submeteu o documento a avaliação dos consultores jurídicos externos que, em uma análise inicial, julgaram o risco de perda como possível.

EDP - Energias do Brasil (Controladora e Consolidado)

Na Companhia, os valores referem-se a contingência descrita na nota 20.1.1.4.
20.1.3 Risco de perda remota
Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista, civis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como remota, e para estas ações os saldos de depósitos judiciais são de R\$1.086 (R\$1.738 em 31 de dezembro de 2014) nas controladas EDP Energias do Brasil, EDP Comercializadora, EDP Bandeirante, EDP Escolas, Invep, EDP Grid, Invepo e Porto do Peçom é de R\$37.457 (R\$43.153 em 31 de dezembro de 2014).
Considerando o disposto no item 86 do CPC 25 - Providências, e Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia não necessita efetuar o detalhe das suas contingências classificadas como remotas. Entretanto, o EDP Bandeirante possui ação cujo o líder gerador do principal está a decorer, sob perspectiva de termo no médio prazo. Dada a materialidade do saldo, procedemos à divulgação da ação fiscalizada.
20.1.3.1 Trabalhistas
No dia 4 de agosto de 2015, por meio do julgamento do processo de arguição de inconstitucionalidade número 479-40/2011-5, 04.0231, o Pário do Tribunal Superior do Trabalho - STF decidiu que os créditos trabalhistas devem ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. O Índice será utilizado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT para a tabela de atualização monetária da Justiça do Trabalho (Tabela Unificada).
Nesta forma, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), com variação de 0,86% em 2014, passa a ser o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), que ficou em 6,46% no mesmo ano.

20.1.3.2 Fiscais

A EDP Bandeirante, por meio do Sindicato da Indústria da Energia no Estado de São Paulo - SindEnergia, ajuizou dois Mandados de Segurança Coletivos contra a Secretaria de Energia de São Paulo, visando o cancelamento de efeitos do Decreto nº 52.410 e 52.871/04, que versam sobre a incidência de ICMS sobre perdas técnicas de energia (furo, desvio, fraude, entre outros). Ambos os processos possuem sentenças favoráveis, confirmadas até o momento em julgamento de recurso de apelação pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. A Fazenda Estadual intertrou recursos aos Tribunais Superiores, os quais aguardam julgamento. O valor estimado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$311.738 (R\$223.771 em 31 de dezembro de 2014).

20.2 Licenças Ambientais

O montante em 31 de dezembro de 2015 Circulante e Não circulante de R\$13.804 (R\$9.460 em 31 de dezembro de 2014) refere-se a provisões dos custos necessários para obtenção das licenças prévias de instalação de operação, UREs e PCHs, das atividades desenvolvidas pelas unidades operacionais. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou ao adicional a este, onde os principais itens são o reforestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, reconexão e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. Os custos são atualizados e atualizados com base no INPC-UP.
As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase de planejamento e empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEL, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, onso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças são provisionados e atualizados com base no INPC-UP.
A Companhia possui licenças de operação - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desdobramentos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desdobramentos é provisionado e é registrado um ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença. As controladas EDP Bandeirante, EDP Escolas, Invep, Enepretec e Porto do Peçom, estão sujeitas a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra as mesmas por eventual inobservância da legislação.
Os custos associados à manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulatórios.
Os desdobramentos de natureza ambiental durante o exercício de 2015 formam parte de R\$36.446 (R\$15.300 em 2014). Destes montantes, já haviam sido provisionados e capitalizados nos exercícios anteriores R\$17.429, relativos a proteção de biodiversidade e da paisagem e gestão e proteção do meio ambiente. Em contrapartida no resultado do exercício, na rubrica de Serviços de Terceiros, foram registradas os R\$21.717, relativos a Programa de Monitoramento de Solos e Águas Subterrâneas em todas as suas instalações, e gestão de resíduos.

20.3 Desmantelamento

O montante de R\$1.985 em 31 de dezembro de 2015, refere-se a controlada Porto do Peçom. O desmantelamento é constituído quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da outorga de autorização. Conseqüentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em sua estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas em contrapartida no Imobilizado. Atualmente, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras.
20.4 Ressarcimento por indisponibilidade
O saldo Circulante e Não circulante de R\$72.781 é relativo à controlada Porto do Peçom e refere-se a provisão para ressarcimento dos períodos de indisponibilidade da usina enquanto estava despatchada pelo ONS. A provisão é reconhecida pelo montante estimado referente à expectativa futura de ressarcimento ao sistema, com base na média móvel dos últimos 60 meses iniciais.
A movimentação do Ressarcimento por Indisponibilidade no exercício é a seguinte:

Table with 7 columns: Saldo em 31/12/2014, Reversão de provisão, Pagamentos, Aquisição de empresas, Saldo em 31/12/2015. Values range from (693) to 378.048.

20.5 Contraprestação contigente

Referente a mensuração justo da adquirida APS Soluções em Energia na data de aquisição, conforme layout de avaliação utilizado para a combinação de negócios. Após o reconhecimento inicial, os passivos contingentes foram atualizados das data de aquisição até 31 de dezembro de 2015, os valores a serem pagos estão destacados na nota 5.7.
O pagamento destes passivos está condicionado de cláusulas restritivas estabelecidas no contrato de compra e venda, suas liquidações estão previstas para ocorrer a partir de 31 de março de 2016.

30 Patrimônio Líquido

30.1 Capital social
O Capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é de R\$5.182.716, totalmente subscrito e integralizado, representado por 476.415.612 ações divididas em todas as modalidades de ações com valor nominal, com o preço controlado para a saber:
- O Capital social está representado exclusivamente por ações ordinárias, cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia;
- As ações são indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio;
- Fica vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia;
- A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado; e
- A opinião do Conselho de Administração, poderá ser acatado ou rejeitado, desde que preferências nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.
As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de qualquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.
Ações reconhecidas classificadas como ações em tesouraria são reconhecidas como uma dedução do patrimônio líquido, incluindo os custos de aquisição. Quando estas ações são novamente disponibilizadas para o mercado, o custo associado é retirado do patrimônio líquido e o excedente ou déficit são transferidos para Reservas de Capital.
A composição do capital social em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 está demonstrada a seguir:

Table with 6 columns: Quantidade de ações, participação, % de ações, Quantidade de ações, participação, % de ações. Rows for Acionista, Quantidade de ações controladoras, Quantidade de ações de acionistas, Quantidade de ações de conselheiros e diretores, Total de ações, Total de ações em circulação.

30.2 Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo se ser impoado o valor de Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pago em títulos, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.
A Companhia tem por política, conforme deliberado pela 120ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 5 de março de 2009, prior o pagamento de um valor mínimo equivalente a 50% do lucro líquido ajustado, calculado em conformidade com os artigos 18 e seguintes da Lei das Sociedades por Ações, podendo ser reduzido quando assim exigido por disposição legal ou regulamentar ou, ainda, quando reconhecível em vista da situação financeira ou perspectivas futuras da Companhia.
Lucro líquido apurado no exercício
Constituição da reserva legal - 5%

30.3 Reservas

Table with 4 columns: Nota, 31/12/2015, 31/12/2014. Rows: Reservas de capital, Água na incorporação de sociedade controladora, Resultado na alienação de ações em tesouraria, Outras reservas de capital.

Reservas de lucros

Table with 4 columns: Nota, 31/12/2015, 31/12/2014. Rows: Legal, Retenção de lucros, Lucros retidos à deliberação.

30.3.1 Reserva de retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos em ações para os próximos anos em projetos de capital submetidos às Assembleias Gerais Ordinárias.
Essas reservas de lucros são classificadas como Reserva de Lucros retidos à deliberação.
Essas reservas referem-se à parcela do lucro líquido do período anterior ao dividendo mínimo obrigatório a ser deliberado em assembleia geral ou por outro órgão competente. E constituída conforme ICPC 08 (R1) e poderá ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.
Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 10 de abril de 2015, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em dezembro de 2014 com distribuição de: (i) dividendos no valor de R\$63.277; (ii) JSCP no valor de R\$133.300; (iii) Reserva de Retenção de Lucros no valor de R\$509.750. Os dividendos e JSCP destinados referentes a 31 de dezembro de 2014 foram pagos sem ajuste aos acionistas titulares de ações ordinárias.

30.4 Outros resultados abrangentes

A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:
Saldo em 31/12/2014, Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias, Saldo em 31/12/2015. Values range from (192.587) to (40.836).

30.5 Participações de não controladores

O saldo em 31 de dezembro de 2015 de R\$1.676.793 (R\$1.675.790 em 31 de dezembro de 2014) refere-se à participação que outros acionistas detêm sobre as seguintes entidades. O saldo inclui partes beneficiárias emitidas pelo Lajeado e de titularidade da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras.

30.5.1 Partes beneficiárias

À Lajeado, em Assembleia Geral Extraordinária de 15 de fevereiro de 2002, aprovou a alteração no Estatuto, criando: (i) 53.210.337 ações preferenciais não conversíveis, sem direito a voto e que terão direito ao recebimento de dividendos no futuro, superior ao atribuído a cada ação ordinária; e (ii) 10.000 partes beneficiárias, sem valor nominal, negociáveis e estranhas ao Capital social, conferido aos seus titulares direito de crédito eventual contra a Lajeado no montante equivalente a 10% do lucro anual apurado pela Lajeado, observado o disposto na Lei nº 6.404/76.
Essas ações, bem como as partes beneficiárias, foram integralmente subscritas e adquiridas, nesta data, pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras.
O prazo de duração das partes beneficiárias é até 31 de outubro de 2032, quando serão, caso não tenham sido resgatadas, automaticamente convertidas em ações preferenciais Classe "A" (Artigo 14 do Estatuto) correspondente a 5,084% do total das ações emitidas pela Lajeado (Art. 14, Parágrafos 1º e 2º do Estatuto). O resgate pode ocorrer a qualquer tempo por deliberação da Lajeado até o término do prazo de duração das partes beneficiárias.
O instrumento denominado partes beneficiárias contém direitos de voto, de direito de preferência, e como tal, é classificada como um instrumento patrimonial. Além do exposto, o item A262 do CPC 39 descreve que, quando as distribuições aos acionistas das ações preferenciais, cumulativas ou não, ocorre de acordo com o critério do emissor, as ações são instrumentos patrimoniais.
O prazo de duração das partes beneficiárias deve ser reconhecidas como do mesmo tipo de instrumento, ou seja, patrimonial, pois possuem basicamente as mesmas características.

30.5.2 Dividendos - Ativos e Passivos

Os dividendos e juros sobre capital próprio são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do período estabelecido no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, sob o rubrica de "Outros resultados abrangentes" em demonstrações financeiras.
Os dividendos e juros sobre capital próprio são reconhecidos e distribuídos após a demonstração do resultado.
Em 21 de dezembro de 2015 foi aprovado pelo Conselho de Administração a distribuição de JSCP no montante total de R\$14.592, sendo R\$12.403 líquido de pagamento de imposto de renda, os quais foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório a serem distribuídos pela Companhia referente ao exercício de 2015. A data de pagamento será deliberada posteriormente.

Table with 7 columns: Controladora, Constituição de dividendos, Constituição de JSCP, Recebimentos/Pagamentos, Aumento de capital em subsidiárias, 31/12/2015, 31/12/2014. Rows: Ativo, Enepretec, EDP Comercializadora, EDP Bandeirante, EDP Escolas, Lajeado, Santa Fé, EDP GRID, Peçom Trm, Passivo, Acionistas - Energias do Brasil, Total.

30.6 Outros resultados abrangentes

Table with 7 columns: Constituição de dividendos, Constituição de JSCP, Recebimentos/Pagamentos, Outros, 31/12/2015, 31/12/2014. Rows: Ativo, Peçom Trm, Passivo, Acionistas - Energias do Brasil, Eletrobras, Governo do Tocantins, Acionistas não controladores - Investo, Furnas Centrais Elétricas S.A., Filiais Participações Ltda., Total.

30.7 Receita

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:
(i) As receitas de operações com energia elétrica e de serviços prestados são reconhecidas no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e concessionárias é efetivado mensalmente, de acordo com o calendário de leitura e contratos de fornecimento, respectivamente.
(ii) A energia fornecida e não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do balanço, é estimada e reconhecida como receita não faturada.
(iii) O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo intangível em formação (Direito de concessão - infraestrutura), não sendo incorporada margem nesta atividade de construção assim classificada conforme a aplicação da ICPC 01 (R1) - Contratos de construção. A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente aloçados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida à Custo com construção da infraestrutura em igual montante.
(iv) A receita de ativos financeiros setoriais é reconhecida mensalmente pela diferença entre os custos pertencentes a Paréla "A" efetivamente incorridos no resultado, daqueles reconhecidos na receita de operações com energia elétrica previstos na tarifa vigente pela ANEL. Inclui os valores a cobrar dos consumidores referente a incidência de PIS e COFINS, sobre esta receita; e
(v) A receita de Subscrição é reconhecida quando da efetiva aplicação de descontos nas tarifas de unidades consumidoras beneficiadas por subsídios governamentais (Nota 17.1) pela diferença entre a tarifa de referência da respectiva classe de consumo daquela efetivamente aplicada a consumidores beneficiados desses subsídios.

Table with 13 columns: Nota, 2015, 2014, N° de consumidores, L' MWh, 2015, 2014, RS, 2015, 2014. Rows: Fornecedor, Industrial, Comercial, Rural, Energia pública, Iluminação pública, Serviço público, Consumo próprio, Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - Faturado, Industrial, Comercial, Rural, Energia pública, Serviço público, Consumidores livres.

30.8 Energia e custo futuro

Table with 13 columns: Nota, 2015, 2014, N° de consumidores, L' MWh, 2015, 2014, RS, 2015, 2014. Rows: Fornecedor, Industrial, Comercial, Rural, Energia pública, Iluminação pública, Serviço público, Consumidores livres, Energia e custo futuro, Comercialização, (i) Transferências para obrigações.

30.9 Não faturado

30.9.1 Receitas de ultrapassagem de demanda e energia Retativa Excedente
A ANEL, por meio da Resolução Normativa nº 463/11, determinou que os valores provenientes do faturamento de múltiplos por Ultrapassagem de Demanda e consumo de Energia Retativa Excedente, a partir da data contratual de revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisões tarifárias, seriam contabilizados como Obrigações especiais em curso, anteriormente registrado como Receita operacional. Por ocasião do 4º ciclo de revisões tarifárias na EDP Bandeirante o valor de R\$136.958, acumulado nessa subconta até a data do layout de avaliação dos ativos em abril de 2015, foi transferido para o subcontas "Em serviço" - Obrigações especiais, passando a sofrer o tratamento usual da contabilização da depreciação e o reconhecimento de outros ativos associados como investimentos originários dessas Obrigações especiais, para a EDP Escolas o 4º ciclo de revisões tarifárias ocorrerá em 2016.
Não obstante a essa determinação, as controladas, por meio da ABRADEE, contestou judicialmente o tratamento desses receitas.
Em 12 de fevereiro de 2012, a antecessora de Tarifa requerida pela ABRADEE na Ação Ordinária nº 003557/05.2012.4.01.3400, em curso junto à 6ª Vara da JFDF, foi integralmente concedida. A decisão judicial foi o sentido de: suspender o tratamento das receitas de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos constantes dos §§ 9 e 11 do item 3.1 ("Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo") do item 3.1 ("Receitas Inerentes ao serviço em curso") do Submódulo 1º do Submódulo 1º. Outras decisões favoráveis à Resolução Normativa ANEL nº 463/11: (i) suspender a determinação de contabilização em separado desses receitas como obrigações especiais; e (ii) deferir tutela de caráter inibitório para determinar que a ANEL abstenha-se de praticar qualquer ato tendente a exigir cumprimento das referidas disposições (o que impede a adoção de medidas outras destinadas a produzir esse mesmo efeito).
Em 19 de junho de 2012, o TRF-1 concedeu efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento interposto pela ANEL, pelo que foi suspensa a antecipação de tutela originária concedida em primeiro grau, e, com isso, restabeleceu-se a eficácia da Resolução Normativa ANEL nº 463/11. A ANEL intertrou Agravo de Instrumento em face da decisão que deferiu a produção de prova pericial. No referido agravo, após decisão que negou seguimento ao recurso, a ANEL intertrou agravo regimental, ainda pendente de julgamento.

**NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Em primeira instância, foi proferido despacho em 21 de janeiro de 2015 suspendendo os autos até julgamento do agravo interposto pela ANEEL. Na opinião dos assessores jurídicos, a probabilidade de perda dessa ação é possível, no entanto, a EDP Bandeirante e a EDP Escala efetuaram no exercício o registro de penhora no montante de R\$61.040 (R\$65,628 em 2014), na EDP Bandeirante o registro ocorreu a débito da Receita de Fretos e Força de Fretos, sendo R\$14.131 em contrapartida à Obrigações Especiais, obrigação esta apresentada no âmbito do ICPC 01 como retificadora do Intangível e do Ativo Financeiro Intendível e R\$48.293 em contrapartida a Ativos e passivos financeiros setoriais (Nota 8), no caso da EDP Escala ocorreu a débito de R\$52.616 na rubrica de Receita de fornecimento em contrapartida à Obrigações Especiais, obrigação esta apresentada no âmbito do ICPC 01 como retificadora do Intangível.

33 Controloadoras

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros. A Companhia apresenta os Gastos operacionais por função na Demonstração de resultados, conforme requerido no artigo 167, Lei nº 6.402/76. E apresentado a seguir o detalhamento por natureza do gasto, conforme requerido pelo CPC 26.

	Controladora				
	2015				2014
	Nota	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total
Operacionais					
Gerenciais					
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		43.243	43.243	40.446	
Material		935	935	971	
Serviços de terceiros		47.299	47.299	65.133	
Depreciação		2.843	2.843	1.275	
Amortização		6.117	6.117	6.185	
Provisões civis, fiscais e trabalhistas	29.1.1	8.097	(1.227)	8.097	6.181
Alugueis e arrendamentos					
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens			151	151	140
Outras		18.236	18.236	25.519	
Total		126.770	(1.076)	126.694	147.289

	Consolidado					
	2015	2014			2014	
Custo da produção do serviço						
Com energia	De Prestação	Com Geraleis e	Operacionais	Total	Total	
Nota	elétrica	produção	terceiros	vendas administrativas	Outras	Total
Não gerenciais						
Energia elétrica comprada para revenda						
Moeda estrangeira - Itaipu		1.053.798		1.053.798	498.609	
Moeda nacional	5.046	5.009.279		5.014.325	6.136.360	
Ressarcimento CDEC/CECONER 5.1.1	(54.544)	(54.544)		(54.544)	(1.035.590)	
Encargos de uso da rede elétrica	465.025	736		465.761	401.728	
Taxa de fiscalização					- 10.638	
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)					- 37.628	
Custo da matéria-prima consumida		361.880		361.880		
Ressarcimento por indisponibilidade 5.2.3		(149.910)		(149.910)		
Outras		15.919		15.919	13.240	
Total	6.492.377	361.880	(144.128)	-	- 6.710.129	6.062.073

(i) Em atendimento às melhores práticas de mercado, conforme o Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE da BM&FBovespa, apresentamos o investimento em treinamento da Companhia e suas controladas que é dividido em: desenvolvimento de lideranças; desenvolvimento de projetos corporativos; treinamentos e seminários técnicos e comportamentais; bolsas de estudos; e desenvolvimento de idiomas. Do valor total de R\$4.914.418 da rubrica de Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada, R\$1.435 (R\$4.223 em 2014) refere-se a treinamentos.

34 Ganho na aquisição/alienação de investimento

O montante em 31 de dezembro de 2015 de R\$953.643 refere-se ao ganho na contratação de negócio no qual a Companhia adquiriu o controle da subsidiária Portão do Pecém no valor de R\$584.697 (Nota 18.1) e ganho na alienação da coligada EDP Renováveis Brasil no valor de R\$568.946 (Nota 5.4).

	Controladora					Consolidado				
	2015				2014	2015				2014
	Nota	Gerais e administrativas	Operacionais	Outras	Total	Nota	Gerais e administrativas	Operacionais	Outras	Total
Receltas financeiras										
Renda de aplicações financeiras e cauções		21.493	20.240	91.058	98.046					
Variação monetária e acréscimo monetário da energia vendida				128.249	85.269					
Operações de swap e hedge				14.162						
Atualização monetária depósitos judiciais		819	596	8.898	6.428					
Atualizações monetárias sobre provisões civis, fiscais, trabalhistas e outros				14	51					
Atualização monetária contratos de mútuo		38.976	24.046	11.545	20.478					
Atualização sobre ativos/passivos financeiros setoriais	8	(194.481)	(95.832)	(63.862)	(438.211)					
Variações monetárias moeda nacional				1.734						
Variações monetárias moeda estrangeira		4.018	5	4.018	3.013					
Juros e multa sobre impostos	10	8.089	11.552	11.737	32.007					
Juros e multa sobre provisões		1.866	1.822	5.733	5.157					
Remuneração das ações preferenciais		10.126	4.509							
(-) Juros capitalizados					(21.945)					
(-) PIS/COFINS sobre Receltas financeiras		(2.085)		(7.942)						
Outras receltas financeiras		1.006	5.364	24.766	26.413					
Total		84.308	68.134	478.477	258.789					

Despesas financeiras

Variação monetária e acréscimo monetário da energia comprada 35,1 (44.634) (13.651) (10.859)

Juros e multa sobre impostos 10 (3.535) (7.629) (8.345) (10.859)

Encargos de dívidas (194.481) (95.832) (438.211) (438.211)

Variações monetárias moeda nacional (8.312) (3.315) (435.062) (4.071)

Variações monetárias moeda estrangeira (11.488) (122) (2.974) (1.197)

Imposto sobre Operações Financeiras - IOF (1.866) (1.736) (35.107) (29.786)

Operações de swap e hedge (1.986) (1.736) (10.170) (7.538)

Provisões e atualizações monetárias civis, fiscais, trabalhistas e outros (6.932) (6.932)

Variação monetária - Energia Livre (6.932)

Provisão para desvalorização de títulos e valores mobiliários (6.932)

Ajustes a valor presente (8.352) (19.980)

Atualização monetária de impostos do bem público (6.119) (11.282)

Benefícios pós-emprego (44.300) (52.973)

(-) Juros capitalizados 2.334 67.591

Outras despesas financeiras (24.540) (6.618) (75.492) (35.007)

Total (242.206) (122.200) (1.146.488) (974.758)

(153.900) (64.056) (668.008) (315.949)

35.1 Variação monetária e acréscimo monetário da energia comprada

A variação apresentada na rubrica é proveniente, substancialmente, da variação cambial pela compra de energia de Itaipu que é comercializada em Dólar. No exercício de 2015 o Dólar apresentou a cotação média de R\$3,34, enquanto que no exercício de 2014, esta cotação média era de R\$3,35.

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Lucro antes do IRPJ e CSLL	1.386.542	816.687	1.762.686	1.186.880
Aliquota	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	(471.424)	(277.674)	(599.313)	(403.539)
Ajustes para reter a alíquota efetiva				
IRPJ e CSLL sobre ações e excludidas permanentes				
Doações	(1.406)	(1.064)	(2.376)	(2.244)
Perdas indenutíveis	(575)		(9.301)	965
Resultados de equivalência patrimonial	245.271	205.182	(35.300)	(23.718)
Juros sobre o capital próprio	(74.542)	10.485	29.536	60.749
Outras	(568)	1.814	(1.134)	305
Outros				
IRPJ e CSLL de resultados não reconhecidos	184.021	(3.999)	240.548	(11.359)
(Adição) Reversão de diferenças permanentes	(1.844)	(1.957)	(11.610)	(11.736)
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior	437	(5.994)	(4.534)	9.342
Ajuste lucro presumido			11.012	6.512
Incentivos fiscais			25.047	25.421
SUAMSI/DJNE			11.012	6.512
Outras	24	22	11.011	763
Despesa de IRPJ e CSLL	(120.650)	(73.185)	(356.314)	(348.519)
Alíquota efetiva	8,70%	8,96%	20,21%	29,36%

35.2 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado utilizando o resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por ação, aprovado pela Deliberação CVM nº 636/10. Não existe diferença entre o Resultado básico por ação e Resultado por ação diluído.

O resultado básico por ação da Companhia para os exercícios apresentados é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

No exercício de 2015, a Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações da própria Companhia ou transações que apresentem efeito diluidor ou antídiluidor sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação foi ignorado para o exercício de 2015 e é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	Consolidado	
	2015	2014
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	1.265.936	743.502
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	475.575	475.575
Resultado básico e diluído por ações (realização)	2.661,91	1.563,38
O número de ações ordinárias está contendo as ações em tesouraria.		

35 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção e fomento por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consultadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratuais versus condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos em estas operações estão conformes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e suas controladas.

A administração dos instrumentos financeiros é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

38.1 Instrumentos financeiros
Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Os instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa exprim, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A base de cálculo em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou outro ato quando os títulos expirarem.

38.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros
Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

- Instrumentos mantidos até o vencimento**
São a Companhia e/ou suas controladas com intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.
- Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado**
Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial, e se a Companhia e/ou suas controladas gerencia os investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia e suas controladas. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.
- Emprestimos e recebíveis**
São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- Instrumentos disponíveis para venda**
São designados nesta categoria os ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores.
- Outros ao custo amortizado**
São designados para essa categoria os ativos e passivos financeiros cujo o registro é o montante pelo qual os mesmos são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, menos os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de recebimento.

		Controladora			
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
		Valor justo	Valor justo	Valor contábil	Valor contábil
Ativos financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	6				
Aplicações financeiras - renda fixa	Nível 2	34.796	15.220	34.796	15.220
Ativos mantidos até o vencimento					
Cauções e depósitos vinculados	15	222	3.436	222	3.436
Empréstimos e recebíveis					
Caixa e equivalentes de caixa	6				
Bancos conta movimento		28.857	11.862	28.857	11.862
Títulos a receber	9	25.009	25.010	25.009	25.010
Empréstimos a receber	12	37.242	273.224	37.242	273.224
Outros créditos - Partes relacionadas	17	14.411	12.185	14.411	12.185
Total		474.537	340.937	474.537	340.937

		Consolidado				
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	
		Valor justo	Valor contábil	Valor contábil	Valor contábil	
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa	6					
Aplicações financeiras - renda fixa	Nível 2	620.157	348.030	620.157	348.030	
Disponível para venda						
Ativo a receber	20	Nível 3	1.230.134	940.160	1.230.134	940.160
Ativos financeiros setoriais	8	Nível 2	762.644	601.542	762.644	601.542
Ativos mantidos até o vencimento						
Cauções e depósitos vinculados	15	29.659	49.201	29.659	49.201	
Empréstimos e recebíveis						
Caixa e equivalentes de caixa	6					
Bancos conta movimento		529.841	478.941	529.841	478.941	
Títulos a receber	9	2.904	10.643	3.513	10.643	
Contas a receber	12	2.245.700	1.639.384	2.245.700	1.639.384	
Empréstimos a receber	17	86.328	200.149	86.328	200.149	
Outros créditos - Partes relacionadas	17	5.188	4.974	5.188	4.974	
Total		5.626.259	4.284.229	5.626.259	4.284.229	

		Consolidado				
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	
		Valor justo	Valor contábil	Valor contábil	Valor contábil	
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa	6					
Aplicações financeiras - renda fixa	Nível 2	620.157	348.030	620.157	348.030	
Disponível para venda						
Ativo a receber	20	Nível 3	1.230.134	940.160	1.230.134	940.160
Ativos financeiros setoriais	8	Nível 2	762.644	601.542	762.644	601.542
Ativos mantidos até o vencimento						
Cauções e depósitos vinculados	15	29.659	49.201	29.659	49.201	
Empréstimos e recebíveis						
Caixa e equivalentes de caixa	6			</		

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Operação	Risco	Controladora					Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%			
		Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)					Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
		Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável								
Aplicação financeira - CDB	CDI	7.360	-	-	7.360	1.840	3.680	(1.840)	(3.680)				
Instrumentos financeiros ativos	CDI	116.897	(136.824)	-	(20.927)	(54.987)	33.060	(51.927)	112.999				
Debitários	CDI	(52.653)	(46.746)	-	(99.399)	(23.864)	(47.536)	24.217	48.804				
Empréstimos e financiamentos - CCB	CDI	(172.550)	(183.570)	-	(356.120)	(78.851)	(156.421)	80.200	161.803				
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(168.190)	(176.170)	-	(344.360)	(77.011)	(152.741)	72.840	158.937				
Debitários	IPCA	(38.671)	(113.583)	(23.256)	(176.510)	(18.220)	(36.441)	18.220	37.808				
Instrumentos financeiros passivos	IPCA	(38.671)	(113.583)	(23.256)	(176.510)	(18.220)	(36.441)	18.220	37.808				
		(38.671)	(113.583)	(23.256)	(176.510)	(18.220)	(36.441)	18.220	37.808				

Operação	Risco	Controladora					Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%			
		Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)					Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
		Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável								
Aplicação financeira - CDB	CDI	36.110	2.377	-	38.487	11.621	21.201	(7.387)	(14.665)				
Aplicação financeira - Debitários	CDI	45.072	-	-	45.072	11.368	22.663	(11.144)	(22.412)				
Cauções e depósitos vinculados	CDI	9.264	3	-	9.267	2.315	4.631	(2.315)	(4.631)				
Instrumentos financeiros ativos	CDI	90.446	2.380	-	92.826	25.324	48.485	(20.846)	(41.708)				
Debitários	CDI	(289.213)	(425.298)	-	(714.511)	(155.922)	(307.536)	157.932	318.558				
Empréstimos e financiamentos - CCB	CDI	(108.471)	(128.862)	(2.299)	(239.632)	(53.146)	(105.207)	54.294	109.801				
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(396.684)	(654.070)	(2.299)	(953.053)	(208.208)	(412.743)	212.126	428.359				
Swap - Ponta Passiva - Citibank N.A.	CDI	(11.971)	(29.059)	(41.030)	(82.060)	(9.517)	(19.034)	9.157	19.034				
Instrumentos financeiros derivativos	CDI	(11.971)	(29.059)	(41.030)	(82.060)	(9.517)	(19.034)	9.157	19.034				
Empréstimos e financiamentos - BNDES e CALC	TJLP	(119.816)	(340.019)	(158.103)	(617.938)	(117.335)	(235.232)	74.835	149.388				
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(119.816)	(340.019)	(158.103)	(617.938)	(117.335)	(235.232)	74.835	149.388				
		(119.816)	(340.019)	(158.103)	(617.938)	(117.335)	(235.232)	74.835	149.388				
Citibank N.A. Principal Encargos	Dólar	(77.640)	(7.284)	-	(84.924)	(9.750)	(16.461)	(58.230)	(38.820)				
Principal Encargos	Dólar	(77.640)	(7.284)	-	(84.924)	(9.750)	(16.461)	(58.230)	(38.820)				
BID	Dólar	(97.337)	(480.795)	(470.463)	(1.048.595)	(262.149)	(524.298)	262.149	524.298				
Principal Encargos	Dólar	(97.337)	(480.795)	(470.463)	(1.048.595)	(262.149)	(524.298)	262.149	524.298				
Instrumentos financeiros passivos	Dólar	(36.747)	(160.460)	(177.712)	(274.919)	(68.790)	(137.459)	68.790	137.459				
Swap - Ponta Passiva - BID	Dólar	(158.792)	(728.179)	(644.178)	(1,411.138)	(647.900)	(2,071.818)	1,040.923	2,071.818				
Instrumentos financeiros derivativos	Dólar	(158.792)	(728.179)	(644.178)	(1,411.138)	(647.900)	(2,071.818)	1,040.923	2,071.818				
		(158.792)	(728.179)	(644.178)	(1,411.138)	(647.900)	(2,071.818)	1,040.923	2,071.818				
Swap - Ponta Ativa - Citibank N.A.	Dólar	2.698	34.924	87.822	97.051	116.461	116.461	(58.230)	(38.820)				
Instrumentos financeiros derivativos	Dólar	2.698	34.924	87.822	97.051	116.461	116.461	(58.230)	(38.820)				
		2.698	34.924	87.822	97.051	116.461	116.461	(58.230)	(38.820)				
Debitários	IPCA	(38.671)	(113.583)	(23.256)	(176.510)	(18.220)	(36.441)	18.220	37.808				
Instrumentos financeiros passivos	IPCA	(38.671)	(113.583)	(23.256)	(176.510)	(18.220)	(36.441)	18.220	37.808				
		(38.671)	(113.583)	(23.256)	(176.510)	(18.220)	(36.441)	18.220	37.808				
Instrumentos financeiros passivos	IPCA	(61.492)	(160.604)	(30.746)	(252.842)	(30.836)	(61.673)	30.836	63.040				
Empréstimos e financiamentos - BNDES e CALC	IPCA	(61.492)	(160.604)	(30.746)	(252.842)	(30.836)	(61.673)	30.836	63.040				
Instrumentos financeiros passivos	IPCA	(61.492)	(160.604)	(30.746)	(252.842)	(30.836)	(61.673)	30.836	63.040				
		(61.492)	(160.604)	(30.746)	(252.842)	(30.836)	(61.673)	30.836	63.040				
Citibank N.A. - Encargos BID - Encargos	Libor	(2.693)	(7.280)	-	(9.973)	(1.876)	-	(1.876)	-				
Principal Encargos	Libor	(2.693)	(7.280)	-	(9.973)	(1.876)	-	(1.876)	-				
Instrumentos financeiros passivos	Libor	(2.693)	(7.280)	-	(9.973)	(1.876)	-	(1.876)	-				
Swap - Resultado - BID	Libor	2.693	7.280	-	9.973	1.876	-	1.876	-				
Instrumentos financeiros derivativos	Libor	2.693	7.280	-	9.973	1.876	-	1.876	-				
		2.693	7.280	-	9.973	1.876	-	1.876	-				
Swap - Resultado - Citibank N.A.	Libor	(46.981)	(92.801)	(178.890)	(187.671)	(2.760)	(5.945)	1.811	4.095				
Instrumentos financeiros derivativos	Libor	(46.981)	(92.801)	(178.890)	(187.671)	(2.760)	(5.945)	1.811	4.095				
		(46.981)	(92.801)	(178.890)	(187.671)	(2.760)	(5.945)	1.811	4.095				

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI, TJLP, Dólar, IPCA e Libor estão em acordo com o projetado pelo mercado e estão alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia e de suas controladas.
Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 10,75% e 15,75% a.a.; TJLP entre 6,00% e 7,50% a.a.; Dólar entre R\$4,05 e R\$4,22; IPCA entre 4,23% e 10,30% a.a.; Libor 6M entre 0,76% e 0,32% a.a.; e Libor 3M entre 0,22% e 0,73%.

38.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez atribuído à capacidade da Companhia e suas controladas em liquidar suas obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia e suas controladas em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de caixa dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os valores contratados e os liberados são apresentados nas notas 24 e 25.
A Administração da Companhia e de suas controladas somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observam-se as características das captações elevadas.
Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia e de suas controladas são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6), Contas a receber (Nota 7), Ativo financeiro indenizável (Nota 20) e Ativos financeiros setoriais (Nota 9). A Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2015 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Consumidores e concessionárias, os saldos apresentados compreendem um fluxo estimado para os recebimentos. Para Ativo financeiro indenizável, o saldo apresentado corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ao final da concessão e está mensurado pelo valor novo de reposição. Os Ativos financeiros setoriais serão homologados pelo Poder Concedente e recebidos por meio da tarifa nos próximos reajustes ou revisões tarifárias.
Os riscos de liquidez atribuídos às rubricas de Empréstimos, Financiamentos e Debitários referem-se a Juros futuros e, consequentemente, não contabilizados, encontram-se demonstrados na nota 39.1.
A matriz energética brasileira é predominantemente hídrica e um período prolongado de seca reduz o volume de água nos reservatórios das usinas hídricas, ocasionando, além de um risco de racionamento de energia, um aumento no custo de aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação nos valores de encargos de sistema elétrico em decorrência do aumento do despacho das usinas termelétricas, gerando maior necessidade de caixa para as distribuidoras e consequentemente de aumentos tarifários futuros para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão.
A energia vendida pelas suas controladas depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE aplicado a determinadas usinas hídricas, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% (nódois para as UHEs: Luiz Eduardo Magalhães, Santo Antônio do Jari e Lajeado) e 95% pertencente a UHE Assaetebrand deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCBT mediante pagamento de prêmio. Em um período prolongado de seca de caixa resulta-se na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, acarretando um aumento de custos na aquisição de energia da parcela de risco hidrológico não coberta pela CCBT ou redução de receitas com a implementação de programas de conservação de energia elétrica.
Em relação ao risco de racionamento, para o seu monitoramento, as geradoras utilizam como ferramentas o Subcomitê de Risco Energético que tem como práticas: (i) a avaliação do cenário de oferta e demanda de energia nas diferentes regiões de atuação, das variáveis macro e microeconômicas, e as especificidades de cada mercado, em um horizonte de cinco anos; (ii) antecipação de potenciais impactos sobre a geração de energia elétrica, de forma a prepará-las para assegurar o suprimento de energia; (iii) minimizar impactos na receita; e (iv) evitar o desabastecimento das Concessionárias.
A Companhia e suas controladas também gerenciam o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. At a tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2015, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia e suas controladas esperam liquidar as respectivas obrigações.

	Controladora					
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos Financeiros						
Fornecedores	12.920	42	241	35.196	690	13.203
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	-	-	-	35.888	26.114	14.010
Debitários	26.892	257.613	832.697	48.756	1.165.958	842.537
Empréstimos e financiamentos	6.040	294.695	300.735	299.090	1.128.082	882.261
Total	12.920	26.934	257.938	48.756	1.175.842	882.261

	2015					Total	2014
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos		
Passivos Financeiros							
Fornecedores	1.012.708	209.451	65.860	2.376	2.376	1.308.019	1.101.768
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	47	26.892	35.150	675	2	35.874	26.112
Debitários	10.722	31.478	364.917	1.815.847	48.756	2.403.242	2.537.519
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	-	-	2.046.695	1.355.819	3.809.631	1.120.947	1.120.947
Derivativos	-	-	(136.128)	103.746	-	(26.382)	-
Uso do bem público	2.230	6.129	18.247	173.206	174.206	304.588	284.179
Ressarcimento por indisponibilidade	80.392	15.143	53.832	123.414	-	19.690	-
Financiamentos setoriais	-	-	-	-	-	81.107	149.255
Total	1.106.099	289.693	933.625	4.207.660	1.598.473	8.135.550	4.770.524

38.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas
A Companhia e suas controladas possuem contratos de financiamento com cláusulas restritivas (Covenants), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índice financeiro.
Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia e de suas controladas exigidos nos contratos de concessão de recursos. O não cumprimento dos covenants impostos nos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures podem acarretar em um desabastecimento imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos covenants por contrato aparecem descritos individualmente nas notas 24 e 25. Até 31 de dezembro de 2015 todos os covenants das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.
Além do controle de covenants atrelado ao risco de liquidez, existem garantidas contratuais (Nota 39.2) para as rubricas de Empréstimos, financiamentos e debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia e suas controladas podem ser exigidas a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja excecuto por falta de pagamento. Para a rubrica de Compra de Energia, as garantias estão vinculadas em sua maioria aos recebíveis da Companhia e de suas controladas, passíveis de alteração decorrente de eventuais perdas de crédito nestes recebíveis.
38.2.3 Risco de crédito
O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia e suas controladas não realizarem seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6), Contas a receber (Nota 7), Cauções e depósitos vinculados (Nota 15), entre outros. No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros e esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais. Os contratos de concessão de distribuição priorizam o atendimento abrangente do mercado, sem que haja qualquer exclusão das populações de baixa renda e das áreas de menor densidade populacional.
A Administração e aceita ao novo consumidor cetero paratim da área de atuação da concessionária que presta o serviço na região e regra integrante do contrato de concessão.
Para a distribuição de energia elétrica o instrumento financeiro capaz de expor as controladas ao risco de crédito é o Contas a receber de consumidor. As regras para concessão da provisão para créditos de liquidação duvidosa atendem à fundamentação dada pelo regulador e premissas aprovadas pela Administração das controladas.
A pulverização da venda de energia elétrica a essa base consumidora atrelado menor volatilidade aos recebimentos das controladas, pode-se levar em face a composição de 7,32% de estimativas de não realização dos créditos menor nota 7.
A principal ferramenta na mitigação do risco de não realização dos ativos financeiros é a suspensão do fornecimento de energia elétrica aos consumidores inadimplentes. Anterior a essa etapa as controladas realizam métodos tradicionais de cobrança por meio de cobranças administrativas, notificações na fatura, entre outras. As controladas oferecem diversos canais de atendimento para facilitar o contato com o consumidor, dentre eles, call centers, loja física de atendimento presencial e internet.
Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.
Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.
As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia e suas controladas, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações da Companhia e suas controladas, de forma a manter uma proporcionalidade equilibrada e menos sujeita a perdas.
38.2.4 Instrumentos Financeiros Derivativos
Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro, não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares e sempre será liquidado em data futura, somente entendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.
Todas as operações com derivativos no consolidado referem-se a EDP Bandeirante e Porto do Pecém.
Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a informação sobre instrumentos financeiros derivativos deve compreender a razão do objeto protegido, o valor justo do instrumento, impacto nos resultados das controladas durante o exercício assim como características principais do objeto contratado. Esse detalhamento é demonstrado em quadro.

Descrição	Controlada	Contraparte	Início	Vencimento	Posição	Nacional USD/EUR		Nacional R\$/USD		Valor justo		Efeitos no Resultado	
						31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015	2015	2014		
Swap													
Ativo Passivo	EDP Escelsta	Banco Goldman Sachs	09/02/2012	20/02/2018	Libor 6M + 1,275 % a.a. 93,40% do CDI	-	-	-	-	80.036	1.429	(2.024)	(826)
Ativo Passivo	EDP Bandeirante	Banco Goldman Sachs	09/02/2012	20/02/2018	Libor 6M + 1,275 % a.a. 93,40% do CDI	-	-	-	-	78.057	2.431	(2.886)	(826)
Ativo Passivo	EDP Bandeirante	Citibank N.A.	04/09/2015	04/09/2019	CDI + 1,20% a.a.	20.259	75.000	-	-	80.036	1.429	(2.024)	(2.986)
Ativo Passivo	Pecém	Citibank	02/04/2012	02/10/2017	Libor 6M	20.259	75.000	-	-	1.979	(1.002)	-	-
Ativo Passivo	Pecém	Citibank	02/04/2012	02/10/2017	Libor 6M	115.407	458.500	-	-	515.040	29.775	-	-
Ativo Passivo	Pecém	Citibank	02/04/2012	02/10/2017	Libor 6M	115.407	458.500	-	-	588.068	29.775	-	-
Ativo Passivo	Pecém	Citibank	02/04/2012	02/10/2017	Libor 6M	-	-	-	-	(73.028)	(29.775)	-	-
Ativo Passivo	Pecém	Citibank	02/04/2012	02/10/2017	Libor 6M	138.172	548.944	-	-	442.169	-	-	-
Ativo Passivo	Pecém	Citibank	02/04/2012										

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

39 Compromissos contratuais e Garantias
39.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, que estão apresentados por maturidade de vencimento.

Table with columns for 'Controladora' and 'Consolidado' showing financial data for 2015 and 2014 across various categories like 'Responsabilidades com locações operacionais'.

Table with columns for 'Controladora' and 'Consolidado' showing financial data for 2015 and 2014 across various categories like 'Responsabilidades com locações operacionais'.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data de base 31 de dezembro de 2015, ou seja, não descontados.

Table with columns for 'Controladora' and 'Consolidado' showing financial data for 2015 and 2014 across various categories like 'Responsabilidades com locações operacionais'.

Table with columns for 'Controladora' and 'Consolidado' showing financial data for 2015 and 2014 across various categories like 'Responsabilidades com locações operacionais'.

Table with columns for 'Controladora' and 'Consolidado' showing financial data for 2015 and 2014 across various categories like 'Responsabilidades com locações operacionais'.

39.2 Garantias

Table with columns for 'Controladora' and 'Consolidado' showing financial data for 2015 and 2014 across various categories like 'Tipo de garantia' and 'Aval de acionistas'.

40 Informações por segmento

Um segmento de negócio é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal controlador de decisões operacionais.

O Grupo EDP - Energias do Brasil desenvolve um conjunto de atividades no setor energético, com especial ênfase na geração, distribuição e comercialização de energia elétrica.

Com base no relatório interno, a Diretoria é responsável por avaliar o desempenho dos vários segmentos e decidir sobre as alocações de recursos a efetuar a cada um dos segmentos de negócio identificados.

40.1 Caracterização dos segmentos

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das controladas e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, bem como a anulação das transações intra-segmentos.

A coluna 'Holding' refere-se a Controladora, sendo o origin do lucro substancialmente relacionado com a avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equidade patrimonial, conforme referido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

40.1.1 Demonstração do Resultado

Large table showing financial results by segment for 2015 and 2014, with columns for 'Distribuição', 'Geração', 'Comercialização', 'Holding', 'Outros', 'Eliminação', and 'Total'.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Table listing members of the Board of Administration: André Luis Guerra Nunes Mezia, Nuno Maria Pestana de Almeida Alves, Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas, and João Manuel Veríssimo Marques da Cruz.

DIRETORIA

Table listing members of the Management Team: Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas, Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire, Lutz Otávio Alves Henriques, Michel Nunes Ilies, Carlos Emerson Baptista Andrade, and Elisa Saeiko Ishizuka Turci.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da EDP Energias do Brasil S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da EDP Energias do Brasil S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Nessa avaliação de risco, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados em termos de natureza, tempo e extensão, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia.

Nossa avaliação de risco, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados em termos de natureza, tempo e extensão, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EDP Energias do Brasil S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2015, e os resultados das operações e os fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Informação suplementar - Demonstrações do Valor Adicionado: Examinamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, referentes à responsabilidade da administração da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar em 31 de dezembro de 2015, e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Informação suplementar - Demonstrações do Valor Adicionado: Examinamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, referentes à responsabilidade da administração da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar em 31 de dezembro de 2015, e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Table showing financial data for 2014 with columns for 'Distribuição', 'Geração', 'Comercialização', 'Holding', 'Outros', 'Eliminações', and 'Total'.

Resultado das participações societárias: Resultado antes do Resultado financeiro e tributos, Resultado financeiro, Receitas financeiras, Despesas financeiras.

40.1.2 Balanço Patrimonial

Table showing financial data for 2015 with columns for 'Distribuição', 'Geração', 'Comercialização', 'Holding', 'Outros', 'Eliminações', and 'Total'.

40.1.3 Cobertura de seguros: A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovada pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil.

Table showing financial data for 2015 with columns for 'Distribuição', 'Geração', 'Comercialização', 'Holding', 'Outros', 'Eliminações', and 'Total'.

42 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

No exercício, a Companhia realizou as seguintes transações: (i) constituição de dividendos a receber no valor de R\$185.119; (ii) constituição de dividendos e JSCP a pagar no valor de R\$300.659; e (iii) aumento de capital em subsidiária por meio de capitalização de dividendos a receber no valor de R\$42.053.

Em 27 de janeiro de 2016, por meio da carta nº 09/2016, o BNDES anuiu a cisão parcial da Energest condicionada à anuência da ANEEL que, em 16 de fevereiro de 2016, por meio da Resolução Autorizativa nº 5.633, também anuiu o processo de cisão, aprovando as minutas para os termos aditivos aos contratos de concessão (Nota 5.8).

43 Provisões Cíveis - Distribuidoras

Em janeiro de 2016 ocorreu a decisão judicial positiva às Distribuidoras no âmbito da Suspensão de Sentença proposta pela ANEEL, bem como a concessão da CCEE, e a Sentença F6 que optou pelo produto SP92, no montante de R\$2.833, onde 92% da exposição ao risco hidrológico é protegido em alínea a partir de 1º de janeiro de 2015, especificamente para as Usinas mencionadas acima.

43.2 Cisão da Energest - Anuência do BNDES e da ANEEL

Em 27 de janeiro de 2016, por meio da carta nº 09/2016, o BNDES anuiu a cisão parcial da Energest condicionada à anuência da ANEEL que, em 16 de fevereiro de 2016, por meio da Resolução Autorizativa nº 5.633, também anuiu o processo de cisão, aprovando as minutas para os termos aditivos aos contratos de concessão (Nota 5.8).

43.3 Adesão à proposta de repactuação do Risco Hidrológico

Em 5 de janeiro de 2016 as controladas Energest e Santa Fé protocolaram junto à ANEEL o pedido de anuência de repactuação do Risco Hidrológico, conforme descrito na nota 5.12, e também a petição de desistência das ações judiciais atrelada a UHE Mascarenhas e das PCHs Jucu, Rio Bonito, São João (Energest) e Francisco Gros (Santa Fé) com renúncia do direito sobre o qual corresponde a ação judicial ingressada por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE.

A referida decisão foi embasada na avaliação dos vários cenários de Preço de Liquidação das Diferenças - PLD e Generation Scheduling Factor - GSF, por meio do método econômico financeiro, tendo como principal objetivo o equilíbrio entre o custo efetivo do risco hidrológico e o custo do prêmio de risco associado a cada opção de repactuação.

Para suportar essa decisão, as controladas Energest e Santa Fé contrataram pareceres independentes nas vertentes energética, econômica e jurídica, envolvendo os aspectos tributários e de fluxo de caixa.

Após análises, a Energest optou pela repactuação do risco hidrológico ao ACR no produto SP94, no montante de R\$11.971, onde 94% da exposição ao risco hidrológico é protegido em alínea a partir de 1º de janeiro de 2015, especificamente para as Usinas mencionadas acima.

Em 28 de janeiro de 2016 a ANEEL, por meio dos Despachos nºs 175/16 e 243/16, anuiu a adesão da UHE Mascarenhas e das PCHs Jucu, Rio Bonito, São João (Energest) e Francisco Gros (Santa Fé) à proposta de repactuação do risco hidrológico, no Ambiente de Contratação Regulado - ACR. Estas usinas optaram pela não adesão à proposta de repactuação do risco hidrológico, no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Do montante de R\$5.222 pertencente à UHE Mascarenhas, a ANEEL não anuiu a adesão ao ACR, para a energia contratada em leilões A-1, correspondente à SMW milés equivalentes a R\$1.135. A Energest está discutindo com o órgão regulador o tratamento aplicado.

43.4 Conclusão da Venda de participação acionária - Pantanal

Em 29 de janeiro de 2016 a EDP - Energias do Brasil concluiu a venda de sua participação na Empresa para a Cachaçeira Escura Energética. O valor total da transação foi de R\$536.000, sendo R\$355.000 pagos nesta data. Os R\$181.000 restantes serão pagos após o cumprimento de obrigações fundiárias, com prazo até julho de 2017 (Nota 5.9).

43.5 Captação de recursos - Banco Votorantim - Distribuidoras

Em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 29 de dezembro de 2015 e em 27 de janeiro de 2016, foi aprovada a emissão de 12.000 mil debêntures simples, totalizando o valor de R\$120.000, para a EDP Escoteia (4ª emissão) e 10.000 mil debêntures simples, totalizando o valor de R\$100.000, para a EDP Bandeirante (6ª emissão), não conversíveis em ações, em série única, da espécie quinquagénaria, ambas junto ao Banco Votorantim, em conformidade com a instrução CVM nº 478/09, pelo prazo de 48 meses, com custo de CDI acrescido de 3,30% a.a., amortização semestral a partir do 24º mês e juros semestral a partir da emissão. O crédito referente a esta emissão ocorreu no dia 05 de fevereiro de 2016.

Em 29 de janeiro de 2016 a EDP - Energias do Brasil concluiu a venda de sua participação na Empresa para a Cachaçeira Escura Energética. O valor total da transação foi de R\$536.000, sendo R\$355.000 pagos nesta data. Os R\$181.000 restantes serão pagos após o cumprimento de obrigações fundiárias, com prazo até julho de 2017 (Nota 5.9).

Em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 29 de dezembro de 2015 e em 27 de janeiro de 2016, foi aprovada a emissão de 12.000 mil debêntures simples, totalizando o valor de R\$120.000, para a EDP Escoteia (4ª emissão) e 10.000 mil debêntures simples, totalizando o valor de R\$100.000, para a EDP Bandeirante (6ª emissão), não conversíveis em ações, em série única, da espécie quinquagénaria, ambas junto ao Banco Votorantim, em conformidade com a instrução CVM nº 478/09, pelo prazo de 48 meses, com custo de CDI acrescido de 3,30% a.a., amortização semestral a partir do 24º mês e juros semestral a partir da emissão. O crédito referente a esta emissão ocorreu no dia 05 de fevereiro de 2016.

Table listing members of the Board of Administration: José Luis Alguéres, Francisco Carlos Coutinho Pittella, Pedro Sampaio Malan, and Modesto Souza Barros Carvalhosa.

Table listing members of the Management Team: Michel Nunes Ilies, Carlos Emerson Baptista Andrade, and Elisa Saeiko Ishizuka Turci.

Table listing members of the Management Team: Michel Nunes Ilies, Carlos Emerson Baptista Andrade, and Elisa Saeiko Ishizuka Turci.

Table listing members of the Management Team: Michel Nunes Ilies, Carlos Emerson Baptista Andrade, and Elisa Saeiko Ishizuka Turci.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EDP Energias do Brasil S.A. e de EDP Energias do Brasil S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2015, o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EDP Energias do Brasil S.A. e de EDP Energias do Brasil S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2015, o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EDP Energias do Brasil S.A. e de EDP Energias do Brasil S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2015, o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EDP Energias do Brasil S.A. e de EDP Energias do Brasil S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2015, o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EDP Energias do Brasil S.A. e de EDP Energias do Brasil S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2015, o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EDP Energias do Brasil S.A. e de EDP Energias do Brasil S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2015, o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EDP Energias do Brasil S.A. e de EDP Energias do Brasil S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2015, o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EDP Energias do Brasil S.A. e de EDP Energias do Brasil S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2015, o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EDP Energias do Brasil S.A. e de EDP Energias do Brasil S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2015, o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EDP Energias do Brasil S.A. e de EDP Energias do Brasil S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2015, o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EDP Energias do Brasil S.A. e de EDP Energias do Brasil S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2015, o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EDP Energias do Brasil S.A. e de EDP Energias do Brasil S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2015, o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EDP Energias do Brasil S.A. e de EDP Energias do Brasil S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2015, o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EDP Energias do Brasil S.A. e de EDP Energias do Brasil S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2015, o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EDP Energias do Brasil S.A. e de EDP Energias do Brasil S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2015, o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EDP Energias do Brasil S.A. e de EDP Energias do Brasil S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2015, o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EDP Energias do Brasil S.A. e de EDP Energias do Brasil S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2015, o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).